

+ Carlos da Silva Santos, Rio Grande 1904 - Porto Alegre, 1989



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CARLOS SANTOS  
DEPUTADO FEDERAL

*50 ANOS DE  
VIDA PÚBLICA*



BRASÍLIA — 1983

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Centro de Documentação e Informação**

***50 ANOS DE***  
***VIDA PÚBLICA***

**Discursos pronunciados**  
**pele Deputado Carlos Santos**

**Coordenação de Publicações**  
**BRASÍLIA — 1982**

## SUMÁRIO

Problemática do idoso, pg 4

Nonagésimo quarto aniversário da Abolição da Escravatura no Brasil, pg 9

Necessidade de conclusão da estrada Osório-Mostardas -São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, pg 11

Assembléia Nacional sobre o Envelhecimento, pg 12

Homenagem à memória do ex-Deputado José Coelho de Souza, pg 13

Dificuldades enfrentadas pelo setor da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul, pg 15

Semana Nacional da Criança Excepcional, pg 16

Dia Nacional do Ancião, Centenário de Falecimento de Luiz Gama, pg 17

Dia da Criança, pg 19

Dia da Criança. Instituição do salário-ancião. Transformação da aposentadoria compulsória em facultativa, pg 20

Missão Social da Imprensa. [Encerramento da carreira política do orador](#), pg 22

Dia Mundial da Alimentação. Estudo científico da deficiência mental, pg 27

XXXVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, pg 29

## PROBLEMÁTICA DO IDOSO

Sessão em 19 de março de 1982

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB --- RS. Como Líder.) -- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ano Internacional do idoso é toque de alta sensibilidade humana, exigindo a exceção da justiça e do amor, que deveriam ser regra, na política social do Estado e nos impulsos dos nossos protestos de veneração, amor e justiça.

Sobre o velho e para o velho é que pretendo hoje levar para os Anais algumas considerações.

O processo de desenvolvimento econômico e social e as modificações tecnológicas, culturais e psicossociais ocorridos no Século que descamba para o último decênio determinaram não só o decréscimo da taxa de mortalidade e da fecundidade, bem como, em conseqüência, o prolongamento da vida humana.

Houve, assim, o aumento do número proporcional das pessoas de idade avançada, definidora do processo de envelhecimento da população, fazendo com que o contingente populacional no mundo com idade superior a sessenta anos seja estimado em duas vezes superior no ano dois mil em relação ao que era registrado no ano de 1970.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas, o declínio da taxa de mortalidade fará com que na população mundial com mais de sessenta anos -- que em 1900 representava sete por cento - atinja, já em 1990, cerca de vinte e cinco por cento da população mundial total.

Preocupação maior, porém, Sr. Presidente, vem da informação da própria ONU, segundo a qual no ano dois mil a população mundial de idosos será seguramente superior a quase um bilhão e meio de pessoas.

E essa mesma preocupação que tem determinado uma série de estudos sobre as tendências demográficas mundiais, por parte das Nações Unidas, a partir da década de 1950, já tendo sido convocada para o período de 26 de julho a 6 de agosto deste ano, em Viena, na Áustria, uma Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento.

Nesse encontro serão examinados os múltiplos e complexos problemas derivados destas tendências, bem como aspectos humanos e sociais da situação dos idosos, tanto nos países desenvolvidos como no mundo em desenvolvimento.

Entendemos que o nosso País certamente será representado nessa Assembléia, levando a experiência brasileira e as contribuições que deverão resultar da Comissão Nacional do Idoso, criada junto ao Ministério da Previdência por decreto presidencial assinado em 27 de janeiro deste ano, o qual também instituiu 1982 como o "Ano Internacional do Idoso".

Somos de opinião, portanto, que o Poder Legislativo, como a expressão maior do sentir e do pensar do povo brasileiro, não se faça ausente nesse processo, razão por que conclamo os Poderes desta Casa a estudar a melhor forma de representação do Congresso Nacional nesse esforço mundial em favor de condições mais justas e mais humanas do idoso.

Mas, Sr. Presidente, não pode deixar de ser motivo de estranheza e até mesmo da mais extremada decepção - a dicotômica posição do Governo brasileiro, que para efeito externo decreta 1982 como o "Ano Internacional do Idoso", enquanto internamente impõe aos aposentados uma contribuição previdenciária que se apresenta como escorchante e inaceitável.

Esta decisão governamental justifica plenamente a assertiva de que "após os sessenta anos não se vive, sobrevive", enquanto se ignora a máxima de que "envelhecer é um dos direitos do homem, e como tal deve ser respeitado".

Concedo o-aparte ao nobre Deputado Brabo de Carvalho.

**0 Sr. Brabo de Carvalho** --Deputado, Carlos Santos, a Liderança do PMDB quer congratular-se com V. Exa. pelo pronunciamento que ora faz nesta Casa, tratando de assunto de transcendental importância, que deveria ser a preocupação constante do Governo brasileiro, porque o idoso é aquele homem que já contribuiu, com o seu trabalho, para o desenvolvimento da Nação e que está, agora, a reclamar dos poderes públicos aquela assistência que o compensará do esforço que despendeu. Infelizmente,- -Deputado Carlos Santos, o que nós assistimos, o que nós testemunhamos, no dia de hoje, é a total marginalização do idoso, sem qualquer assistência, sem um órgão sequer para verificar a melhor maneira de lhe prover as condições de vida e de sobrevivência. Pelo contrário, como V. Exa. acabou de registrar, no ano que o Governo considera o "Ano Internacional do Idoso", ele próprio vem, com um decreto-lei, onerar a parca pensão que a Previdência dá àqueles homens que já trabalharam, que já produziram, tirando daquele pouco mais um pouco e, conseqüentemente, tirando o pão de cada dia dessas pobres criaturas que, na verdade, precisavam de mais auxílio, de mais atenção, de mais respeito à sua idade. A Liderança congratula-se com V. Exa., que sempre aborda, da tribuna, assuntos dos mais palpitantes e que, nesta. tarde, brinda a Casa com uma análise do problema do homem idoso, daquele homem que já trabalhou, daquele homem que já produziu e que hoje reclama, com justiça e com razão, uma melhor assistência, uma melhor atenção por parte do Governo brasileiro, ao invés de medidas que só visam a diminuir o pouquinho que ganham da Previdência Social.

O SR. CARLOS SANTOS - Nobre Deputado Brabo de Carvalho, fico muito grato e honrado pelo aparte de V. Exa., porque me dá a confortadora certeza de que, agora, já não falo por mim só; falo em nome da minha bancada, unida, coesa em torno deste tema, respeito, veneração e justiça aos velhos, porque eles representam uma expressão de tudo quanto agora estamos gozando, de tudo quanto até agora conseguimos. E são, por isso, dignos do nosso agradecimento.

Sou muito grato a V. Exa. pelo aparte, que sobretudo esclarece e valoriza o meu pronunciamento.

**0 Sr. Joacil Pereira** - Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. CARLOS SANTOS - Com prazer, nobre Deputado Joacil Pereira.

**0 Sr. Joacil Pereira** - O discurso de V. Exa., repassado de humanismo, de solidariedade humana, aborda um tema realmente importantíssimo. Não pode, porém, da altura em\_ que está colocado *este pronunciamento notável de V. Exa., descambar para a injustiça*, como pretende a intervenção do nobre Líder do PMDB. Ninguém fez mais pelo idoso neste País do que os Governos da Revolução. Aí está o aposentado, o idoso a provar por a mais b, de modo *concreto, cabal, que o Governo preocupou-se com ele tomando medidas de alto alcance social que o favoreceram, que o ampararam*, que evitaram continuassem a esmolar pelas ruas ou a *depender da caridade dos parentes. Ninguém pode, em sã consciência, desconhecer* que esta foi uma obra significativa da Revolução de 1964. Por isso, ao aplaudir o discurso de V. Exa., ao congratular-me com V. Exa. pelo pronunciamento feliz que faz nesta tarde, quero, ao *mesmo tempo, repelir, cos todas as veras do meu coração, a tentativa* que se faz de querer que o discurso de V. Exa. descambe: para uma injustiça clamorosa, ou seja, a de não reconhecer aos Governos da Revolução o cuidado permanente com o idoso, a sua solidariedade a esses elementos que merecem todo o respeito e toda a consideração da Nação.

O SR. CARLOS SANTOS - Sou muito grato a V. Exa. pelo honroso aparte com que me distingue. Quero dizer que não é preocupação minha criticar este ou aquele partido, esta ou aquela situação, porque o assunto é sério demais para servir de exploração de ordem pública.

**0 Sr. Joacil Pereira** - Muito bem!

O SR. CARLOS SANTOS -- O que faio, e talvez em causa própria, é o que vejo lá embaixo: a tortura, a angústia das multidões de velhos, ao fim de suas vidas como que esquecidos, qual

trastes, coisas inúteis, quando realmente deviam estar gozando do benefício da justiça, do reconhecimento, do amor não só do Poder Público, mas da sociedade em geral.

Sou muito grato a V. Exa. pelo aparte. Vou continuar o meu pronunciamento.

Além desta realidade já enfrentada pelos idosos em nosso País, paira agora sobre as cabeças prateadas de milhões de brasileiros uma outra ameaça, também na área da Previdência Social, que já tem pronto um estudo visando à extinção da aposentadoria por tempo de serviço, a qual passaria a ser concedida somente por velhice.

Como se verifica, Sr. Presidente, são duas formas bastante estranhas de comemorar o "Ano Internacional do Idoso", porque, ao invés da reverência, o Governo, em verdade, pune os anciões justamente numa hora em que o mundo todo se preocupa em premiá-los.

Esta situação de abandono da pessoa idosa não se verifica por acaso, mas faz parte da própria política nacional de saúde, bastando constatar que, enquanto o Brasil gasta três por cento do Produto Interno Bruto com a saúde e a assistência médica, nos Estados Unidos esses recursos representam doze por cento do PIB norteamericano.

Acrescente-se a isso o fato indiscutível de que nos Estados Unidos as condições de saúde da população são infinitamente superiores, tendo em vista o atual estágio de desenvolvimento sócioeconômico daquela nação.

Não se pode esquecer, igualmente, a angústia que domina os aposentados brasileiros ao ver que o Governo investe furiosamente contra viúvas e órfãos, além de contra eles próprios, ao penalizá-los com a cobrança do desconto para o INPS, fazendo com que nem na aposentadoria o trabalhador brasileiro possa ter a tranqüilidade de que, ao morrer, deixará para os sucessores uma situação pelo menos igual àquela que gostaria de ter desfrutado.

E por paradoxal que possa ser, o aumento da contribuição previdenciária foi um dos poucos projetos de real interesse social votados nos últimos doze meses por esta Casa, que esteve, neste período, dominada por matérias ou de interesse político, ou econômico, sendo que, neste caso, por força de matéria de iniciativa do Poder Executivo, que aqui comparecem tão somente para a chancela legislativa.

Basta, Sr. Presidente, fazer uma rápida consulta ao noticiário dos jornais, onde predominam as teses de inelegibilidades; a transformação de Território em Estado; a eleição pelo processo do chamado "distritão"; a redução no prazo de filiação partidária, e agora a ampliação do prazo de filiação partidária (este, com endereço certo); a vinculação de votos; a extinção do voto de legenda, a escolha dos candidatos ao pleito de 15 de novembro; e, mais recentemente, o processo de incorporação do PP ao PMDB, galvanizando inteiramente as atenções do Legislativo.

Enquanto isso, lá fora, no nível mais baixo da escala social, avolumam-se os problemas de moradia, transporte, saúde, alimentação, desemprego, prostituição de menores, criminalidade, e agora, de forma mais palpável, o problema da velhice abandonada, da velhice desdenhada, da velhice esquecida, fazendo com que o processo evolutivo da espécie humana se converta, em nosso País, em motivo da mais alta consagração de teoria de que os desgostos, as doenças e principalmente a -pobreza envelhecem precocemente o homem.

E importante não confundir o processo evolutivo do homem com a degeneração da espécie humana, pois as principais doenças incapacitantes são, hoje, perfeitamente preveníveis, caso o Poder Público desenvolva programas para que os indivíduos, ao atingirem a idade básica dos 45 anos, possam contar com atividades, estímulos e motivações que os predisponham ao processo de envelhecimento.

E urgente erradicar os asilos do panorama assistencial brasileiro, porque se trata de instituições de assistência à velhice inteiramente superadas; que devem ser substituídas por modernas unidades de acompanhamento geriátrico.

O problema do idoso, Sr. Presidente, precisa ser equacionado a partir, de soluções de nível

local, tendo em vista que, principalmente em nosso País, de dimensões continentais, a visão global de sua problemática será sempre irreal, determinando, por isso, que se dê à questão um tratamento em que cada cidade, cada Município, cada vila, cada subúrbio seja responsável pelos seus velhos.

Urge, igualmente, eliminar as barreiras e as discriminações que existem hoje, de forma ostensiva, no Brasil, contra a pessoa idosa, que é oprimida pelas leis que inclusive a impedem de trabalhar quando atingem certa faixa etária.

Por causa dessa discriminação o brasileiro está sempre muito preocupado em provar que *não é velho*, quando se sabe que o grau de velhice nem sempre coincide com a idade cronológica, pois o que conta mesmo é a idade biológica da pessoa, onde entram, naturalmente, os componentes psicossociais.

Não podemos aceitar a solução simplista da hospitalização ou do internamento, que só deve ser adotada em casos extremos, principalmente nos doentes em idade mais avançada, tendo em vista que o conforto social, familiar e psicológico é importante, e na maioria dos casos representa a única solução aceitável, para que o velho não tenha a impressão de que, para ele, a "família é um berço perdido".

O Senador Nelson Carneiro, falando numa reunião sobre o velho, afirmou:

*"O Brasil é um país estranho, onde a velhice começa aos 35 anos, de idade, quando as portas do Serviço Público se fecham, e a maior parte das portas da empresa privada não se abrem mais."*

E outra parte, Sr. Presidente, projeções da ONU indicam para o Brasil uma população de 25 milhões com mais de 50 anos de idade, já no ano dois mil, contrastando esses números com os dados de 1970, quando existiam doze milhões de habitantes com aquela idade. São também das Nações Unidas os elementos estatísticos segundo os quais, nos países do Terceiro Mundo, a esperança de vida, que em 1932 era de apenas trinta e dois anos, até o final do século deverá aumentar para uma média entre sessenta e sessenta e cinco anos.

Fora, portanto, da ação do Poder Público não será possível encontrar uma solução para os idosos que seja ao mesmo tempo estável e duradoura, humana e social, cristã e democrática.

Atenção toda especial, porém, precisa ser devotada aos idosos carentes, aos que, mesmo na idade não-senil, jamais tiveram uma família estruturada nos moldes sociais e econômicos das sociedades convencionais, e que, quando assistem à velhice lhes bater à porta não têm lar, não têm assistência, não têm recursos e, portanto, não vivem, mas vegetam, abandonados à própria sorte e à sorte da caridade pública.

Para estes, nem o assistencialismo, nem o paternalismo e nem o sentimento de pena resolverão o problema da dependência e da carência, porque são, em verdade, uma forma mascarada de escravidão, uma disfarçada declaração de invalidez e a falência da própria sociedade como instituição.

A responsabilidade do Poder Público deve ser expressa a partir da realidade segundo a qual, se na aposentadoria regular as condições dos que se inativam são, em geral, precárias, a aposentadoria mais cedo, por invalidez, constitui um grande castigo, bastando lembrar que até hoje o Governo recusa a esses o pagamento do salário-família, preconceito que se estende também aos que se aposentam por velhice.

Ouço V. Exa. com prazer, nobre Deputado Brabo de Carvalho.

**O Sr. Brabo de Carvalho** - Nobre Deputado Carlos Santos, ainda há pouco a Liderança do Governo, ao apartear V. Exa., contestou as nossas alegações na intervenção que oferecemos com relação à ausência do Governo no que diz respeito à assistência ao velho. Mas, Deputado Carlos Santos, quem está ouvindo o pronunciamento de V. Exa. como nós - aqui atentos a ele, não só pelo respeito e admiração que lhe temos...



O SR. CARLOS SANTOS - Obrigado.

**O Sr. Brabo de Carvalho** - ... mas velo brilhante pronunciamento que faz nesta Casa - só pode verificar, que são irrespondíveis as críticas que ora traz a esta Casa, porque V. Exa está citando fatos e atos que provam e comprovam que o Governo brasileiro infelizmente ainda não se lembrou de que existe uma velhice, de que essa velhice foi a juventude de ontem, e de que essa juventude de ontem foi e é a responsável pelo Brasil de hoje. Daí por que eu acredito que quando o Líder do PDS vai à tribuna para isentar o Governo de qualquer responsabilidade, com este descaso que todos nós testemunhamos hoje na nossa Pátria com relação ao idoso, ele o faz apenas por força da função que exerce, mas, na sua consciência, no seu coração, ele sabe perfeitamente que o pronunciamento de V. Exa. só merece o nosso aplauso, o nosso apoio, pois nada do que está dito nesse pronunciamento pode ser contestado, porque a verdade não pode ser contestada e o pronunciamento de V. Exa. é uma verdade.

O SR. CARLOS SANTOS -- Obrigado a V. Exa., nobre Deputado, por mais este aparte com que honra e autentica o meu pronunciamento.

De fato, não estou imaginando, não estou criando; estou reproduzindo a realidade de todos os dias. Só quem paira num mundo superior, quem não desce à realidade que no submundo da sociedade se, nota, poderá negar essa verdade madrastra contra a pessoa do idoso.

Creio que o governo tenha feito alguma coisa pelo idoso, mas, dada a grandeza do problema, não fez nada ainda. Não creio que o problema seja só do Governo; é também da comunidade, mas o Governo deve promover, dar o exemplo e convocar as forças de que dispõe, assim como as convoca para a solução de problemas políticos e de interesses partidários.

Sou muito grato a V. Exa. e peço permissão para continuar.

No Brasil, segundo pesquisa feita pelo Ministério da Previdência Social, o maior descontentamento do idoso se relaciona ao sentimento de inutilidade, à solidão e à marginalização social, que são problemas agravados pelo fato de que em nosso País particulares são quase todos os centros médicos de atendimento gerontológico e geriátrico, exigindo, portanto, grandes recursos dos pacientes que a eles precisam recorrer.

O problema agrava-se sensivelmente pelo fato de que, no Brasil, a renda do homem decresce substancialmente quando ocorre a aposentadoria, e de que, sendo reduzido o número, dos idosos que dispõem de recursos adequados para a realização de consultas particulares, essas consultas alcançam preços verdadeiramente astronômicos, por causa da lei da oferta e da procura.

Portanto, nunca será demais repetir que no Brasil se comete dois tipos ostensivos e odiosos de discriminação contra a pessoa de idade avançada: o primeiro quando, ao deixar a força de trabalho, passa a ser visto como um traste velho e imprestável; e o segundo quando, sendo além de inativo, pobre, deixa de ter acesso aos bens elementares e essenciais a uma vida digna.

Mas a vida, Sr. Presidente, não pode ser vista, como bem observou Freud, de forma realística, como um longo desvio para a morte. Da mesma maneira, não pode ser esquecido o sábio conceito de Santo Tomás de Aquino, para quem a vida deve ser, vivida como se jamais se fosse morrer, mas com a consciência plena de que a morte pode ocorrer a qualquer momento.

A longevidade, portanto, não pode continuar a ser vista como um símbolo, mas há de afirmar-se como uma das mais importantes conquistas das modernas sociedades.

Assim como nas guerras a maior preocupação é preservar os nacionais em função da idade avançada, por causa da experiência que ensinará a reconstrução do país por acaso arrasado - de que a Alemanha Ocidental é o exemplo mais próximo e mais notável, as nações precisam ter a consciência de que são devedoras permanentes do maior e melhor preito de gratidão aos seus antepassados idosos.



Isto porque, apesar de indiscutível genialidade dos artistas mais jovens, é fácil constatar que, a exemplo do vinho que se torna mais saboroso ao impulso do tempo, também os idosos se mostram mais criativos e produtivos à medida em que crescem na idade.

Foi exatamente para mostrar ao mundo essa verdade axiomática que as Nações Unidas buscaram num artista norte-americano com 80 anos de idade - Oscar Berger - o símbolo da Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, a ser realizada em julho próximo, em Viena. O desenho mostra uma figueira de Bengala, que simboliza a longevidade, a confiança em si mesmo, o crescimento contínuo e um lugar de reunião da comunidade.

Infelizmente, nada disso é observado. O que se verifica, hoje, no mundo - e no Brasil em especial - é a reafirmação de uma das mais conhecidas máximas gerontológicas: "O jovem sofre a dúvida do futuro; o velho sofre a certeza". **(Palmas.)**

## **NONAGÉSIMO QUARTO ANIVERSÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL**

**Sessão em 13 de maio de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB -- RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na data precisamente de hoje, rasga-se a distância-tempo de seis anos para o primeiro centenário da Lei n. 3.353-88, firmada por Isabel, chamada a Princesa Redentora.

Trata-se da decantada Lei Áurea, que presumia extinguir o cativeiro negro no Brasil, em arrancando da realidade brutal e desumana das senzalas as multidões escravas de avoengos nossos.

A efeméride não pode, pois, passar despercebida, sem que sejam questionadas as condições sócio-econômicas dos brasileiros de etnia africana, ou seja, os de cor negra, os mulatos, mestiços, mamelucos, ou que `designação tenham.

O negro atro-brasileiro, de escravidão trazida nos porões dos navios lusos que aqui aportavam em busca de riquezas, continua a sina de ser transportado nos ônibus, nos trens e nas barcas superlotados, como gado, porque é, ainda, em sua imensa maioria, pobre, proliferando nas malocas e nos morros, realizando as atividades laborativas mais perigosas, mais penosas e mais desvalorizadas, embora no verso da música popular logre morar "bem pertinho do céu".

Mudaram os tempos, Sr. Presidente, apenas os tempos.

Se a situação do negro no mundo não fosse exatamente a mesma daquela de antes do soberbo movimento libertário verificado nas Américas no século passado, os legisladores não estariam preocupados, como estão, com a elaboração de leis que assegurem maior proteção à condição humana do negro.

Nem estariam de igual forma sendo observados inúmeros movimentos tendentes a promover a verdadeira libertação da pessoa negra, através de um trabalho sistemático de conscientização das sociedades, independentemente da coloração da pele dos seus integrantes.

Exemplo mais recente desta afirmação pode ser buscado no ,I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, realizado em novembro do ano passado na Universidade Federal de Alagoas, o qual possibilitou aprofundar os estudos e os levantamentos históricos sobre Zumbi, herói nacional ainda desconhecido da maioria dos nossos irmãos brasileiros, tão avara a História se revela em promover-lhe o nome.

A República Negra dos Palmares, considerada como o primeiro projeto de uma nação de perseguidos e oprimidos, constituiu-se, como é sabido, na Serra da Barriga, a cerca de 200 quilômetros de Maceió, por negros fugidos das fazendas, da qual Zumbi foi a expressão maior de guerreiro e de líder.

Configura-se, portanto, a imperiosa necessidade de que a História nacional seja reescrita, para que contenha também a versão dos vencidos e seja verossímil, e não apenas facciosa, por

transmitir a idéia de que nós fomos descobertos por portugueses audaciosos, e generosos, omitindo, como faz, a presença do índio brasileiro, além da contribuição decisiva do negro ao processo de desenvolvimento nacional.

E verdade que muito já se escreveu sobre Palmares, embora essa literatura continue divulgada num círculo restrito de pessoas, principalmente os versos vigorosos de Castro Alves, o insigne poeta dos escravos. Na "Canção do Africano", ele canta Palmares:

*"Lá todos vivem felizes  
Todos dançam no terreiro  
"A gente lá não se vende  
Como aqui, por dinheiro".*

No campo jurídico, a Lei n. 1.390, chamada lei Afonso Arinos, em vigor desde 1951, apesar de saudada como um avanço no relacionamento social, não responde mais, nunca respondeu às expectativas nem às reais necessidades do negro. Nela o racismo não é definido como crime, mas borrifado com a leveza penal de mera contravenção, o que não é uma resposta legal eficiente à violação da integridade física e moral, que é justamente o que ocorre com o racismo, agredindo frontalmente a dignidade da pessoa humana do negro.

Entendemos que só um debate amplo, a nível nacional, poderá conduzir à mudança da mentalidade que hoje domina a nossa sociedade, inclusive o mundo oficial, como é o caso do Ministério da Educação e Cultura, onde, de forma inteiramente deliberada, é ignorada a importância de documentos fundamentais para mudar a História do Brasil.

O negro não pode aceitar que a nossa história, a sua história, continue a ser contada oficialmente com a participação dele apresentada de forma distorcida e, o que é mais grave, de maneira inteiramente discriminatória.

Não estranha essa situação, porque é do domínio público que a imensa maioria da população brasileira desconhece inteiramente o seu passado; só uns poucos - os eleitos, os letrados - sabem alguma coisa, mas assim mesmo circunscrita ao passado das elites.

Daí por que fundamental se revela o conhecimento amplo de episódios históricos, como o do Estado Negro de Palmares, onde toda a força do caráter e da identidade do negro pôde ser estabelecida, ao contrário, por exemplo, do nosso 13 de maio, que encerra, apenas, realidade, um simbolismo; pois tão somente veio consagrar uma situação preexistente e que não poderia mais ser ignorada pelos escravocratas.

Muitos não aceitam a tese de que o negro é discriminado não pela cor, mas por ser pobre. Em primeiro lugar, os que assim pensam buscam mascarar a realidade social brasileira de que o pobre é amplamente discriminado por sua condição de pobreza, que o impede de freqüentar a maioria dos lugares onde vão as pessoas de melhor poder econômico.

Mais ainda, Sr. Presidente, desconhecem essas pessoas que o negro constitui a maioria dos pobres brasileiros - desconhecem ou fingem ignorar, porque os nossos traços sociais e econômicos estão sempre bem à vista, bastando, por exemplo, observar que nas favelas, nos mocambos e nos cortiços é de negros a predominância dos seus habitantes.

Em verdade, não estamos declarando a inutilidade do 13 de Maio.

Quanto à Lei Afonso Arinos, ainda na última semana, em primeira votação, esta Casa aprovou o Projeto de Lei n° 2.289-A-79, de autoria do nobre Deputado Adalberto Camargo, tornando mais rígida a repressão contra o racismo, sem lhe tirar, no entanto, a forma penal de contravenção.

Achamos que todos esses eventos são importantes na luta pela conscientização do povo brasileiro da real importância da pessoa negra na formação da nossa identidade sócio-cultural.

Entendemos, porém, que é dever de cada um de nós abandonar o conservantismo das atitudes em relação ao fato histórico, que continua sendo transmitido em larga dose de falsidade. E preciso lutar para que todos os brasileiros tenham orgulho da participação do negro africano em nossa formação política e econômica, porque é o contrário que interessa aos que pretendem a manutenção do *status quo*, em que a liberdade e a justiça social não passam de palavras ao vento, simples miragem.

Por isso estamos hoje aqui, falando do 13 de Maio, mas evocando a história da República dos Palmares, cuja idéia transparece como uma tentativa épica de construir um Brasil independente, livre, justo e igualitário. A história de Zumbi, o bravo herói palmarino, constitui um capítulo da história dos vencidos em nosso País, ou seja, uma história de derrotas. A ciência histórica, porém, é sobretudo clara, quando nos ensina e pontifica, sem nenhuma dúvida, que os vencidos de ontem podem ser os grandes vencedores de amanhã!

### **NECESSIDADE DE CONCLUSÃO DA ESTRADA OSÓRIO- MOSTARDAS--SAO JOSÉ DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Sessão em 14 de maio de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB - RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a antiga, não cumprida e sempre repetida promessa da estrada Osório - Mostardas - São José do Norte, no Rio Grande do Sul, é sem dúvida um dos aspectos mais melancólicos do setor rodoviário federal.

Por várias vezes temos registrado nos Anais desta casa o desencanto dos agricultores daquela zona de alta produtividade cebolal, diante da verdadeira angústia que representa a movimentação das alentadas safras, muito mais do que péssimas condições, pela ausência absoluta de estrada ao longo dos 150 quilômetros que separam Mostardas de São José do Norte, cidade fronteira ao porto marítimo de Rio Grande.

Já se disse que o problema constitui matéria até de segurança nacional, que, naquela região, apenas se resume à preocupação de impedir que a cidade portuária de Rio Grande escolha seu Prefeito por eleição livre e direta.

Há mais de um ano, pessoalmente, o Ministro dos Transportes levou àquela gente laboriosa e sofrida a promessa formal e imediata de conclusão da estrada, e até hoje nada de objetivo resultou do compromisso ministerial.

Desmembrado de Mostardas, surge agora ali no novo Município de Tavares, somando assim mais uma comuna a enfrentar o descaso das autoridades rodoviárias frente ao gravíssimo problema da falta de estradas naquela região altamente produtiva.

No jogo dos compromissos com o desenvolvimento da economia do grande Estado sulino, os agricultores cumpriram rigorosamente o seu dever e, madrugando, com toda a família, nas lides rudes da terra, ofereceram ao Rio Grande do Sul e ao País a inestimável contribuição das grandes safras de cebola, notabilizadas pela quantidade e pela qualidade.

E o setor oficial, além do apelo sempre renovado que dirige aos agricultores em favor da produção, nada mais faz para corresponder ao sacrifício e empenho com que os trabalhadores da terra se atiram à faina salutar da batalha da produção.

Não raras vezes se tem registrado até a deterioração de grande parte da safra por absoluta falta de condições normais de transporte. Bem considerando-se o trabalho, o custo, as energias despendidas, o alto significado de cada safra no complexo econômico da Nação, no conjunto das utilidades públicas, bem se, poderiam enquadrar os entraves oferecidos ao livre desembaraço da riqueza produzida, como verdadeiro crime contra a economia nacional, agravado da desumana subestima do trabalho estafante dos bravos lidadores da terra e suas famílias, porque também eles, mulheres e filhos, participam e se integram na faina diuturna do campo e sofrem a angústia do desperdício e esbanjamento de seus esforços.

Mais uma vez, pois, deixamos aqui o nosso apelo em favor da conclusão imediata da estrada Osório - Mostardas - São José do Norte, hoje envolvendo mais o novo Município de Tavares, como imperativo da promessa formal do Ministro dos Transportes feita pessoalmente àqueles agricultores, como, de igual forma, por exigência dos mais altos interesses econômicos do Estado e do País e, repetimos, até mesmo por motivos de segurança nacional.

Em seu editorial de 7 de maio em curso, o matutino Agora, que circula na cidade do Rio Grande, aborda o assunto com elevado critério e profunda objetividade.

## ASSEMBLÉIA NACIONAL SOBRE O ENVELHECIMENTO

Sessão em 21 de maio de 1982

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB -- RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerrou-se ontem, nesta capital, marcada de pleno êxito - notadamente pela participação ativa da juventude universitária e representações de vários Estados do País e delegações estrangeiras a Assembléia Nacional sobre o Envelhecimento, promovida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Homem do meu tempo, aprendi que o trabalho é o melhor remédio, verdadeiramente terapêutico, para viver a chamada terceira idade.

A laborterapia é uma das mais importantes concepções do Século XX.

A sociedade não pode negar ao idoso, portanto, o sagrado direito que tem de decidir sobre a sua permanência na vida ativa, por razões sociais, econômicas, científicas, e até mesmo de foro íntimo.

Por isso desejamos expressar aqui os nossos aplausos ao importante encontro que se constituiu num verdadeiro fórum de debates sobre as condições ideais de envelhecimento humano. Mais do que isso: porque todas as manifestações nessa Assembléia foram exatamente no sentido de que a sociedade não pode ser madrasta do idoso, negando-lhe o direito essencial de decidir sobre a permanência na atividade após atingir a determinada idade.

A realização do magnânimo evento permitirá o despertar da consciência do governo e da sociedade como um todo, para a problemática do idoso, justo no Ano Internacional a ele dedicado pela Organização das Nações Unidas, integralmente subscrito pelo nosso País.

Os debates que ali se travaram, e a excelência dos subsídios recolhidos, possibilitarão o estabelecimento de uma política geriátrica nacional que atenda à realização brasileira, devendo os seus resultados servirem de bússola à participação de uma delegação brasileira que representará o nosso País, em julho próximo, na Áustria, numa reunião mundial sobre o envelhecimento, convocada pela ONU.

Falando ao Plenário, o médico-geriatra e ilustre Presidente, Dr. Euclides Santa Cruz Oliveira, disse que:

*"O grupo de indivíduos que atingiam idade mais avançada, sempre relativamente pequeno, vem-se ampliando, recentemente, graças sobretudo às aquisições de novos recursos humanos, principalmente os de saúde e bemestar social. Tornou-se, pois, de capital importância, o estudo do tipo de sociedade e das condições ambientais em que viverão os indivíduos das futuras gerações ao atingirem os limites da velhice."*

Já o renomado Professor Euryclides de Jesus Zerbini alertou para o fato de que "a aposentadoria, prevista em lei, deve ser interpretada apenas como uma interrupção da atividade administrativa, burocrática do indivíduo; quem tem capacidade física e mental, deve trabalhar até a morte" - esclarecendo que:

*"Trabalhar é bom para o coração. O repouso deve ser restrito e garantido aos doentes, incapacitados --- velhos ou moços. O velho com capacidade física e mental deve continuar produzindo para a sociedade, continuar usando a vasta experiência acumulada que tem."*

Com esse entendimento geral, não pode o legislador deixar de refletir a realidade sócio-econômica da Nação, e ao Poder Público não cabe ir contra as indicações da Ciência e da Medicina relativamente à higidez das pessoas humanas.

Não foi por menos, Sr. Presidente, que já tínhamos iniciado o recolhimento de assinaturas para a apresentação de uma emenda constitucional através da qual pretendíamos ver modificada a atual redação dos arts. 101 e 113, a fim de converter para facultativa a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

Em verdade, esse tipo de aposentadoria do servidor público e dos juízes não encontra mais

apoio na realidade sócio-político-cultural da era que estamos vivendo, que se caracteriza pela ampliação da expectativa de vida da pessoa humana.

Nossa iniciativa, no entanto, buscando adequar o texto constitucional a essa nova realidade, coincidiu com uma das conclusões finais da Assembléia, o que nos leva agora a aguardar o seu encaminhamento.

O Brasil é um país jovem que não pode prescindir da colaboração e da experiência daqueles que, apesar de cronologicamente idosos, continuam na plenitude de suas funções vitais.

Recorde-se, aliás, que nas épocas de guerra os mais idosos são os últimos a serem enviados para as frentes de batalha, a fim de que a sua experiência possa ser utilizada na tarefa de reconstrução nacional.

Não, pode mais a nossa sociedade condenar legiões de pessoas -- cerca de 8 milhões com idade superior a 60 anos, no caso do Brasil - ainda no auge de sua capacidade criativa, à imprestabilidade dos asilos ou do recesso do lar, ou ainda à percepção de uma aposentadoria que elas não desejam.

E inaceitável que a vida e o viver dos seres humanos possam ser decididos por leis, por decretos, por portarias ou por resoluções, porque, em muitos casos, esses dispositivos têm, em verdade, a cruel propriedade de condená-los a uma morte prematura.

Registre-se, por oportuno, o recente pronunciamento do Ministro Guido Mondin, ao aposentar-se no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, por ter tão só atingido a idade-limite fixada pela constituição em 70 anos:

"Trata-se de uma sentença inapelável, sem considerações humanas, calculada, fria, esmagadora".

Por tudo isso, Sr. Presidente, renovamos o entusiasmo das nossas congratulações com os dignos promotores da Assembléia Nacional sobre o Envelhecimento, na certeza, e não apenas na esperança, de que se constituirá ela no marco da aquisição pelo Brasil de uma nova consciência sobre o papel dos idosos na sociedade, em que devem exercer uma função social e profissional mas que, em contrapartida, tenham os seus direitos fundamentais reconhecidos.

### **HOMENAGEM A MEMÓRIA DO EX-DEPUTADO JOSÉ COELHO DE SOUZA**

**Sessão em 11 de agosto de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB-RS.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Senador Paulo Brossard, quando esta Casa, num gesto de indeclinável justiça, por iniciativa do nobre Deputado Victor Faccioni, evoca e reverencia a memória de José Pereira Coelho de Souza, ela se faz, ao mesmo tempo, ressonância viva da reverência nacional ao nome ilustre do grande e saudoso homem público que sobremodo honrou as tradições de bravura cívica

- coragem moral do seu, do nosso extremado rincão do Rio Grande do Sul. Advogado, professor, jornalista, historiador, político, escritor e homem de pensamento, Coelho de Souza foi consultor jurídico do Estado, Secretário do Interior, Secretário de Educação e Deputado Estadual no Rio Grande do Sul.

Veio depois para a Câmara dos Deputados, no período de 51 a 1963, como Deputado Federal, condição em que exerceu a Vice-Presidência e depois a Presidência, da Comissão de Educação.

Os Anais da Casa recolheram, ao longo de sua luminosa passagem pela Câmara dos Deputados, as mais belas manifestações do seu fulgurante talento, da sua dialética de escol, dos maravilhosos recursos da sua rutilante oratória e elegância de estilo, com que fazia da tribuna parlamentar uma cátedra autêntica e magistral das mais belas lições de cultura política e doutrinação democrática, mas, acima de tudo, de devotamento à ordem constitucional e respeito aos princípios institucionais da vida republicana.

Libertador convicto, Coelho de Souza não fugia àquele devotamento quase místico do evangelho cívico dos antigos federalistas, lá pelas bandas legendárias do extremo sul brasileiro, de que mais tarde se fez apóstolo insigne, como legenda imperecível, Joaquim Francisco de Assis Brasil, e que ainda hoje rebrilha em florões de luz, na opulência mental e na unção de liberdade, democracia e justiça que iluminam o verbo oracular desse tribuno dos pampas, que é o meu nobre amigo e ilustre Senador Paulo Brossard de Souza Pinto.

Homem de fé, Coelho de Souza regulou de forma admirável sua vida dentro dos mais rígidos princípios da moral cristã e da Igreja de Cristo, em cujo laicato logrou singular liderança.

Patriota na melhor expressão do termo, na grandeza humana do seu coração vibravam os mais fortes impulsos de brasilidade sem mácula, e, porque não concebia barreiras acidentais entre filhos da mesma Pátria, se fez paladino da mais viva comunhão de sentimentos entre brasileiros oriundos das mais variadas etnias, sonhando com a Pátria livre, grande e independente, sob o signo da unidade espiritual dos seus filhos – sem a qual o sentimento de Pátria inexistente -, unidade espiritual, sim, independente da cor, da classe ou condição social de cada um.

Tive a honra e o privilégio do seu convívio, quando ambos fomos Deputados Estaduais no Rio Grande do Sul, na Assembléia Legislativa do Estado, em 1935. Dou, por isso, a meu testemunho sobre a impressionante figura do homem público que já então se revelava José Pereira Coelho de Souza.

Sua contribuição foi decisiva para a ordenação do magno problema educacional do grande Estado sulino, não só quanto ao fator quantitativo das escolas públicas, mas também em termos qualitativos do ensino nelas ministrado.

Sua inteligência soberba, servida por privilegiada cultura, emprestou-lhe singular destaque em todas e em cada uma das muitas atividades que exerceu, dentro e fora da vida parlamentar.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado.

**O Sr. Jorge Uequet** - Deputado Carlos Santos, V. Exa. sabe que esta Casa se enche de satisfação sempre que V. Exa. ocupa a tribuna, pela dignidade que o caracteriza, pelo grande tribuno que é, pelo respeito que o Rio Grande lhe presta e pela amizade sincera que se reflete no coração dos seus amigos. Hoje V. Exa. não fala apenas em nome de uma parcela política do seu Estado. Fala V. Exa., como o Deputado Victor Faccioni, em nome do Rio Grande do Sul, em nome do Estado que teve o prazer e o orgulho de ter como seu filho Coelho de Souza. Atrevo-me a interromper seu discurso apenas para dizer que os moços de minha geração, que pautaram sua conduta política na linha mestrada ditada por Coelho de Souza, nos exemplos de Parlamentares e de homens públicos como o homenageado de hoje e como V. Exa., sentem-se duplamente recompensados. A Casa presta uma homenagem a um dos homens públicos de escol do Rio Grande do Sul, com todo aquele brio que os gaúchos sabem ter, com toda a tenacidade na defesa de suas idéias, com a firmeza de caráter, com a intransigência na observância dos dispositivos que julgam fundamentais para o interesse da Nação. Coelho de Souza é o exemplo a nortear o caminho dos que participam da vida pública. Partida da palavra de V. Exa., torna-se muito mais cheia de entusiasmo e grandiosa a homenagem que o Legislativo presta ao ex-Deputado Coelho de Souza.

O SR. CARLOS SANTOS - Sou muito grato ao Deputado Jorge Uequet pelo aparte com que honra minha arenga. Agradeço-lhe a colaboração que traz, dizendo com tanto orgulho aquilo que não sei expressar, mas gostaria de dizer.

Coelho de Souza foi Embaixador Extraordinário do Brasil junto a países africanos, em 1961. Foi membro da Academia Sul-RioGrandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Deixou vários livros como expressão marcante da sua contribuição às letras rio-grandenses, entre eles: "Sentido da Revolução Farroupilha", "Joaquim Nabuco", "O Pensamento Político de Assis Brasil", "Conflito de Cultura" e "Caminhadas".

De 1951 a 1963, Coelho de Souza engalanou esta Casa com sua presença atuante nos entreveros da vida parlamentar da Nação.

Poucos, talvez, dos que hoje exercem aqui a representação política tiveram a grata

oportunidade de sentir de perto a extraordinária personalidade de homem público e a postura insigne do parlamentar, que sem dúvida nele se entrosavam soberbamente.

A homenagem, pois, que a Câmara dos Deputados tributa hoje *à sua memória tem o signo de um soberbo resgate do tributo que todos lhe devemos de respeito à sua memória, de exaltação de sua figura imperecível e de reverência perpetuada nos Anais da Casa ao nome ilustre de José Pereira Coelho de Souza.*

Como homem da Oposição, em nome do meu partido, o PMDB, quero por isso expressar também todo o calor da mais emotiva solidariedade a essas consagradoras manifestações de respeito e reconhecimento a quem, como o fulgurante Parlamentar gaúcho, agora morto, tão alto elevou a sua representação nesta Casa e tão bem serviu ao seu Povo, ao seu Estado e à sua Pátria.

Estando presente neste Plenário um nobre representante da família de que Coelho de Souza foi chefe exemplar e amável - seu digno filho Carlos Eduardo - nele quero e devo, afinal, objetivar todo o afeto da nossa carinhosa homenagem.

### **DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO SETOR DA PESCA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL**

**Sessão em 23 de agosto de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB-RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto o Governo concentra toda a sua atenção na campanha eleitoral, relevando a angústia da expectativa oficial em torno do pleito de 15 de novembro, o setor pesqueiro do meu Rio Grande do Sul enfrenta as mais sérias dificuldades, com a pesca artesanal sufocada pela devastação praticada pela pesca industrial.

E uma concorrência desleal, além de uma atividade ilegal, porque, sem nenhuma regulamentação específica, a pesca industrial vem violando todos os critérios que disciplinam a pesca artesanal. Esta sim regulada pelos dispositivos de 19 portarias, flagrantemente desrespeitadas pela pirataria dos grandes barcos de pesca.

Usando redes e arrastão, esses barcos avantajados, pescando noite e dia, realizam uma tarefa altamente nociva para os pescadores artesanais, que têm, inclusive, suas redes destruídas e levadas ao sabor das ondas.

Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e outros centros pesqueiros do litoral gaúcho enfrentam o descalabro de uma situação que realmente está sufocando a pesca artesanal, como se sabe uma das grandes fontes de riqueza e desenvolvimento sócio-econômico daquela região.

Na Lagoa dos Patos, o grande viveiro de peixes do Brasil, acentua-se o conflito entre os pescadores artesanais e os potentes barcos de pesca no Rio Grande do Sul.

A imprensa local vem tratando do assunto com destaque, chamando a atenção das autoridades competentes. Tudo, porém, em vão! Na referida Lagoa é proibida a pesca para qualquer barco de peso superior a 10 toneladas. Além do desrespeito ostensivo a estas exigências, os navios pesqueiros invadem a área de três milhas que lhes são vedadas, afugentando, assim, todas as espécies, devastando a área reservada à pesca artesanal, que não tem condições, como fazem os grandes barcos pesqueiros, de ser praticada em alto mar.

Contra tais abusos a fiscalização da SUDEPE se confessa impotente, pois não dispõe de barco-patrolha nem pessoal para enfrentar o problema, coibir os abusos e a pirataria dos navios de pesca, além de resguardar os interesses respeitáveis dos bravos e heróicos trabalhadores do mar.

O Governo não pode continuar alheio ao assunto. A pesca artesanal representa a atividade de cerca de 10 mil pescadores, cerca de 60% da produção regional, superior à própria pesca industrial.



A concorrência desumana sofrida pelos pescadores artesanais é fator de empobrecimento da classe, já por si tão sofrida, além de constituir um desencanto às novas gerações, com suas aspirações voltadas para a antiga arte da pesca.

Cabe ao Governo garantir à SUDEPE - que é o órgão oficial da política governamental da pesca --- os meios necessários para que ela exerça a sua ação eficaz e fiscalizadora em favor dos pescadores, contra a ganância dos potentados da indústria pesqueira.

A imprensa do Rio Grande do Sul faz eco à reclamação procedente e às queixas repetidas dos pescadores artesanais. A minha presença, hoje, nesta tribuna, é também para fazer eco às justas e sentidas reivindicações de uma classe tão laboriosa, de uma gente tão maltratada nas suas justas aspirações de fazer do trabalho o meio de viver com dignidade.

Amparar a pesca artesanal -- é bom que se repita -- vale por resguardar uma das mais positivas expressões da realidade sócioeconômica do grande Estado sulino, verdade gritante que o Governo não pode subestimar.

## **SEMANA NACIONAL DA CRIANÇA EXCEPCIONAL**

**Sessão em 24 de agosto de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB - RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vivendo de novo, de 21 a 28 de agosto em curso, as emoções efusivas da Semana Nacional da Criança Excepcional.

E um encontro especial e periódico que a gente marca com a própria consciência, para medir a gradação mais ou menos intensa do nosso solidarismo humano frente ao tormentoso drama da excepcionalidade.

Repetidas vezes, desta tribuna, tenho asseverado que o problema não é tão só do Governo; é da comunidade em geral.

A tarefa hercúlea de enfrentar o grande desafio da infância, invalidada no próprio albor da existência pelas causas inúmeras do terrível mal, é de todos; mesmo porque, madrastra como às vezes tem-se revelado nas manifestações muitas de egoísmo, de ausência de amor ao próximo e de desprezo pelos valores inatingíveis da pessoa humana: ela, a sociedade, é responsável em parte pela incidência da excepcional idade.

E que entre essas causas situam-se também a fome, a subnutrição, a deficiência alimentar no período gestacional e a "carência sócio-econômico-cultural de certas áreas da população". Mas ao Governo, por certo, cabe o dever de promover a grande resistência contra o desafio tremendo da excepcional idade.

Dolorosamente, porém, muitos e avantajados são os claros a preencher nesse campo assistencial.

Velha aspiração dos pais e amigos dos menores carenciados física e mentalmente e antiga promessa do MEC, até hoje não se concretizou a Lei Básica do Excepcional.

Ainda ontem, presidindo a abertura da Semana do Excepcional em Brasília, o Ministro Hélio Beltrão, da Previdência e Assistência Social, dizia que "uma das minhas maiores aflições é ver o quanto falta diante do pouco que temos para dar, apesar do Ministério dispor de bilhões".

Creia o ilustre homem público que a sua angústia não é pessoal. Milhões e milhões de lares brasileiros onde a excepcionalidade - na expressão do eminente psiquiatra patricio, professor Stanislau Krynky - instalou "unidade de tratamento" pelo turbilhão de problemas emocionais que envolve a família; e mesmo entre

aqueles que, sem ter um excepcional entre os familiares, vivem o seu drama, pelos impulsos da

solidariedade fraterna; creia, Sr. Ministro, deles também é a aflição de que fala V. Exa.

Na sua última sessão legislativa, esta Casa, mesmo em parte atropelando o rigor do Regimento, quis assinalar o Ano Internacional do Deficiente Físico e Mental com um projeto de lei, em cujo bojo se fundisse tudo quanto tramitava na Casa em termos de defesa e assistência aos excepcionais. Inclusive a criação do órgão centralizador da política assistencial do Excepcional foi prevista e proposta. Até hoje, porém, o projeto não logrou sair da área legislativa, muito embora aprovado por unanimidade nesta Casa.

Alguém já disse que o problema do excepcional é, por excelência, um problema de educação. Que se proclame, desde logo, a alta benemerência humana das nossas professoras especializadas, duas vezes santificadas - eu já afirmei. Nobres em si mesmas como professoras e sublimadas, ainda mais, como professoras de excepcionais.

Poderíamos enumerar aqui uma série de medidas que se oferecem ao MEC como imperiosas, no afã de bem servir à causa do excepcional: urgente regulamentação da Portaria Interministerial nº 186/78, que trata da assistência ao excepcional; Lei Básica do Excepcional, para cumprimento dos dispositivos do parágrafo 49 do art. 175 da carta magna; programa nacional de estímulo à habilitação do excepcional para trabalhar e de colocação no mercado de trabalho dos egressos das escolas especializadas.

Não dispomos de um plano de enquadramento do ensino especial do Plano Nacional do Ensino de Primeiro Grau, nem temos uma política nacional dinâmica que discipline e contemple o ensino especial em todas as suas áreas (federal, estadual e municipal).

O MEC não tem, até hoje, um plano nacional de ensino especial coordenado, fiscalizado e implantado por algum de seus setores próprios, como o faz com outras áreas, inclusive do ensino superior; não dispõe de um serviço de supervisão ministerial do ensino especial, o que tira toda a soma de responsabilidade de qualquer área dos governos estaduais.

Não existe um sistema de pressão nesse sentido sobre os Estados e Municípios, nem prevalece qualquer sistema de prioridade do ensino especial na órbita do ensino de 1. Grau.

Sempre que ocorra um encontro de educadores ou técnicos em assuntos de excepcionais, em qualquer recanto do País, imprescindível seria a presença do MEC, por intermédio do CENESP: como Imperiosa também seria a flexibilidade nos planos de aplicação de verbas quando já elaborados, de modo a permitir sua reformulação quando necessário.

Estas, entre muitas outras, seriam as medidas da parte do Governo para uma reação vigorosa contra as incursões nefastas da excepcional idade, e estas são, à guisa de contribuição, as sugestões práticas com que queremos assinalar o transcurso da Semana Nacional da Criança Excepcional de 1982.

A sociedade tem o dever de colaborar na grande batalha, mas o Governo não pode fugir ao grave imperativo de demonstrar empenho efetivo na luta redentora em favor do excepcional.

## **DIA NACIONAL DO ANCIÃO - CENTENÁRIO DE FALECIMENTO DE LUIZ GAMA**

**Sessão em 28 de setembro de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB -RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, poucas palavras, que antes não me foi possível registrar, porque, coberta de luto e tomada de emoção tremenda e profunda, a Câmara dos Deputados falou apenas para reverenciar a figura extraordinária de Cantídio Sampaio, o grande vulto de homem público, político, parlamentar, pensador e patriota falecido em São Paulo.

Rápidas palavras eu dizia, para consignar, dentro do Ano Internacional e Nacional do Idoso,, o, dia que especificamente o Brasil dedica ao ancião.

É aquela reverência que, fugindo ao imperativo do permanente, foi convencionalmente concentrada nas dimensões estreitas de um dia em que todos devem pensar no velho marginalizado, homenagear o velho carente, fazer alguma coisa pelo velho necessitado e olhar

nas rugas em que, retratadas no rosto, ele esconde aquelas que se alojam na alma,, além de toda a desumana realidade das nossas instituições sociais que transformam, de fato, o envelhecer, numa das maiores tragédias dos menos favorecidos da fortuna.

É certo que o problema é universal, retrata a crise dos valores espirituais do nosso mundo\_ de hoje. A falta de solidarismo humano e da conscientização do direito que tem o velho de ser resguardado contra as angústias do desemprego, da solidão, da falta de carinho, do desabrigo e das privações são males que não têm fronteiras geográficas.

Reunidos em Viena, recentemente, cerca de 20 nações do mundo, entre elas o Japão, os Estados Unidos, a União Soviética, o Canadá e o Reino Unido discutiram a problemática do velho.

Mas se todo este cortejo de infortúnios desfilam por fatalidade diante do idoso, daquelas criaturas que em verdade cruzaram as barrancas da ancianidade e atingiram de fato a idade propecta, há no Brasil a tremenda particularidade revelada pelo eminente geriatra patricio, Professor Tuffic Mattar, já por mim citado nesta Casa, da multidão de cerca de quinze milhões de brasileiros, irmãos nossos, que envelhecem plena e precocemente, ao impulso dos desgastes de miseráveis condições sócio-econômicas. São aqueles que aos 45 anos de idade já, pelas restrições e discriminações que a vida lhes oferece, sentem de perto a ronda sinistra das frustrações reservadas aos velhos de 60, 70 ou mais idade.

O Governo acusa a Oposição de se comprazer apenas em criticar, sem o mínimo gesto de cooperação no oferecimento de planos e sugestões. Ocorre, no entanto, que quando a Oposição se dispõe a oferecer sugestões, como no caso dos estudos de fundo econômico que recentemente apresentou, elaborados por abalizados técnicos do PMDB, o gesto é de pronto rechaçado pelos donos da verdade, e até certo ponto ridicularizado, sem a mínima oportunidade de discussão. O mesmo ocorre nesta Casa, quando a tentativa de cooperar vem em forma de cada projeto de lei da Oposição. Eles remancham e patinam nas Comissões Técnicas, já sentenciados pelo massacre da maioria governamental em Plenário, ainda que isentos de qualquer implicação de ordem político-partidária. E o melancólico destino do esforço da Oposição em propor ou sugerir medidas que possam redundar em benefício do povo.

Por isso, agora, apenas para registrar o transcurso do Dia do Idoso, não me disponho a apresentar qualquer proposição em seu favor, mas apenas lançar desta tribuna, a esmo, uma sugestão de estudo da parte de quem de direito, sobre a possibilidade de criação do "Salário-Ancião", com adesão facultativa pelos contribuintes da Previdência Social.

A adesão seria admitida até 3 anos antes do tempo da aposentadoria, hipótese em que o valor do "Salário-Ancião" seria reduzido proporcionalmente. Nas mesmas condições, como oportunamente já me referi e a recente Assembléia Nacional para o Envelhecimento concluiu, caberiam estudos sobre a extinção da obrigatoriedade da compulsória para a aposentadoria dos funcionários públicos aos 70 anos de idade. O direito em si do afastamento do serviço permaneceria assegurado, mas respeitada de igual forma a vontade dos que, comprovadamente capazes, desejassem continuar no serviço.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que eu queria registrar, memorando o transcurso do Dia Nacional do Ancião, numa homenagem que, afinal, estou prestando a mim mesmo, no fundo da minha setuagenária vivência.

Não quero e nem devo deixar esta tribuna sem antes - o que faço de alma escancarada - me solidarizar com as homenagens que o eminente Deputado Freitas Nobre presta, hoje, à memória gloriosa deste negro excelso que foi Luiz Gama, ao ensejo do transcurso . do seu centenário. Precursor do Abolicionismo, seu ideal deve servir, de bandeira aos patriotas sinceros que aí estão empenhados em completar a obra do 13 de Maio lutando para que o negro, tanto quanto a liberdade civil, alcance também a plenitude da liberdade econômica, social e cultural, como a sonhou a geração predestinada de oitenta e oito.

Solidarizo-me com S. Exa. por essa extraordinária, magnífica e oportuna homenagem, lamentando, com o nobre colega, que uma alma, um vulto, um nome, uma expressão como Luiz Gama passe despercebido ao ensejo do seu centenário, justamente quando no Brasil há um movimento de extraordinária mobilização de opiniões, de espíritos, de vontades, a fim de que, unidos com fervor patriótico, com ideal de brasilidade pura, de brasilidade positiva,

possamos, de fato, combater o racismo, que é um cancro - repito - contra a unidade espiritual, a própria alma da Pátria.

**Durante o discurso do Sr. Carlos Santos, o Sr. Freitas Nobre, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 24-Secretário.**

## **DIA DA CRIANÇA**

**Sessão em 11 de outubro de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB - RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com as previsões sombrias da UNICEF para o problema mundial da infância no corrente ano, vamos celebrar, amanhã, o Dia da Criança.

E de fato uma tragédia humana que se alimenta das restrições sócio-econômicas das populações carentes, que não pode por isso, nem deve, servir de exploração político-partidária à sombra de interesses grupais, não só pela intensa dramaticidade de seus contornos, como, de igual forma, por situar-se na esfera dos problemas de magnitude tal que escapam à exclusividade da comunidade ou do Poder Público, para constituírem encargo e preocupação imperativa *de ambos, para tanto unidos na mais estreita e efetiva conjugação* de esforços.

O Dia da Criança, em conseqüência, neste ano de 82, foge daqueles aspectos tão só memorativos, ensejo de explorações meramente *afetivas em torno da Criança que o Poeta canta em forma de "Amor que se tornou visível"*; da Criança feita apenas objeto de festas, mimos, flores, ternura e encantamento; para fixarmos o olhar no painel sinistro da realidade tremenda que nos aponta a melancólica previsão do Fundo das Nações Unidas para a Infância, de que, dos 125 milhões de crianças que nascerão em 1982, 12 milhões morrerão antes de atingirem um ano de idade, pesado tributo da pobreza, da subnutrição e da fome.

Não estou revelando, nada de novo. A imprensa já divulgou largamente estes dados, inclusive ressaltando que no último ano morreram 40.000 crianças por dia e que 10 milhões se transformaram em deficientes físicos e mentais, além de 500 crianças que, em cada dia, perdiam a visão.

Exata, portanto, a citação que fiz num dos muitos pronunciamentos que registrei nos Anais da Casa sobre o menor marginalizado ou abandonado e aqueles outros excepcionais, carentes físicos ou mentais, legião sofrida - uns, e outros - de vítimas da desventura em pleno madrugara da existência.

E a encruzilhada comum em que se encontram, e até se confundem, as vítimas diferentes de um só e o mesmo processo de deficiência nutricional, que se abriga na insolvência permanente das populações menos favorecidas. Em seu relatório conclusivo, a CPI do Menor adverte sobre as "carências biopsicossociais e culturais na infância, de modo especial na faixa de 0 a 4 anos, consideradas irreversíveis, carências que tanto mais se acentuam quanto maior for o índice de pobreza e que, se não descambam para a elevação crescente das taxas de mortalidade infantil, contribuem decisivamente para as deficiências mentais e físicas responsáveis pela sinistra e gritante realidade da excepcionalidade no Brasil.

Ainda ontem, a Imprensa gaúcha publicou a dramática advertência do Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, de que a "criança brasileira paga pela pobreza", admitindo, nas regiões mais pobres do País, um índice de mortalidade infantil de 120 crianças em cada mil nascidas vivas.

Justamente alarmado, o Ministro Waldir Arcoverde anuncia a conjugação de esforços dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, para fazer frente ao angustiante problema.

Por outro lado, às vésperas do IV Congresso Ibero-Latino-Americano de Deficiência Mental e II Encontro Ibero-Latino-Americano da Associação de Pais, em Porto Alegre, afirmou o Secretário-Geral, psiquiatra Jaime Rodriguez Sacristan, que em cada vinte segundos nasce uma criança retardada e, ainda, que os casos de retardamento mental se registram, de forma especial, na América Latina e na África, onde a miséria influi "extraordinariamente" na formação

da criança, pois - diz ele - "os pobres são os mais atingidos pelas carências mentais".

Considerando ser este a "pior problema do País", o Dr. Paulo Marroni, Presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul, afirma que 30% da nossa população infantil na faixa de 0 a 6 anos de idade é desnutrida, acorrentada ao infortúnio das restrições sócioeconômicas de setores populacionais.

Podem parecer muito carregadas as tintas deste quadro da realidade dorida da nossa infância, com que pretendo memorar o próximo transcurso do Dia da Criança.

Muito mais, porém, do que derrotismo, frustração, pessimismo, negativismo sistemático, é a manifestação mais viva e positiva da crença que alimento no Brasil de amanhã, mercê da recuperação dos quadros sócio-econômicos da nossa infância de hoje, "Infância sem céu", como a definiu o ilustre professor de Medicina da UFRJ, Flávio Rotman, para depois incitar, "a nível nacional", o resgate, com vida, de todas estas "Crianças carentes para dentro da sociedade livre que estamos edificando. A mesma sociedade que trabalha e empurra o desenvolvimento do País e que responderá na íntegra, por direito e por princípio, pelo presente e futuro do menor abandonado".

Quando o mundo dentro do qual o Brasil se situa, numa só década, gasta trilhões de dólares ou centenas de trilhões de cruzeiros em armamento, no escopo tétrico de aperfeiçoamento da arte de matar, ouçamos a lição sábia de Moacir Danilo Rodriguez empenhando-se "Por um investimento no Menor", nas páginas do *Correio do Povo*, oferecendo sugestões para a grave questão e ressaltando que é "forçoso reconhecer que a grande problemática do menor está sendo tangenciada. E urgente -- prossegue o articulista - encarála como o maior desafio desta Nação. Ela não se resolve no assistecnicismo, no paternalismo e na filantropia. Impõe-se mexer na sua estrutura".

Pensamentos assim positivos, Sr. Presidente, é que nos devem inspirar nestes dias, porque será também a melhor e mais decisiva maneira de assinalarmos, amanhã, o transcurso do Dia da Criança.

**DIA DA CRIANÇA. INSTITUIÇÃO DO SALARIO-ANCIÃO.  
TRANSFORMAÇÃO DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA  
EM FACULTATIVA**

**Sessão em 13 de outubro de 1982**

0 SR. CARLOS SANTOS (PMDB - RS:) Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero recolher um pouco das esperanças que entulharam ontem o Dia da Criança, para compensar, em parte, a certeza dorida da minha fala de hoje sobre a velhice carente, desprezada, esquecida, marginalizada.

Em recente pronunciamento neste Plenário, memorando o transcurso do Dia do Idoso, eu comentava os entraves que se antepõem nesta Casa ao empenho da Oposição em legislar a favor do povo.

Deixei, por isso, consignada nos Anais uma sugestão, um alvitre, uma lembrança. Lancei-a para ser concretizada por alguém, talvez na próxima Legislatura, quando aqui eu não mais estarei, com o novo Congresso a ser eleito em 15 de novembro vindouro, ao que se espera, com maior poder decisório das forças oposicionistas; além de um projeto de lei criando o salário-ancião, a idéia de uma emenda constitucional alterando o item II do art. 101 e o § 2º do item III do art. 113 da Carta Magna, para transformar em facultativa a aposentadoria compulsória do funcionário público que atinge a idade de 70 anos.

Conforta-me, sobretudo, a repercussão deste apelo nas mais diferentes regiões do País, conforme cartas e telegramas que estou recebendo.

De um antigo, atuante e experimentado Serventuário de Justiça, por exemplo, lá do interior do meu Rio Grande do Sul, veio bem lançada mensagem em que se lê, entre outras considerações:

*"E a primeira vez que vi semelhante manifestação, aliás, correta, sensata e com*

*grande sentido humano. Ora, é sabido que essa imposição de compulsória, mandando para casa quem atinja 70 anos, tem efeito psicológico extremamente danoso porque essa disciplina a entender que a criatura não vale mais nada e que vá morrer como morrem os elefantes em seu cemitério. O sistema vigente, inclusive, não é democrático, impõe, impondo aquilo que está em cada um decidir, não o ideal.*

*Não esqueço. Durante a 2ª Guerra Mundial, a Alemanha tratava de acabar com os velhos. O americano, ao contrário, tratava de pesquisar meios para prolongar a vida do homem, eis que a sabedoria de quem viveu a vida em seus meandros mais diversificados lhes servia para o esforço de guerra.*

*De fato, o americano arregimentou os homens idosos e valorizou seus conhecimentos em todos os setores que aquele empenho de guerra exigia, e vitoriou.*

*Iria muito longe focalizando a amplitude de sua Idéia. Por derradeiro, me apresento como exemplo de seu pensamento. Soma minha existência 69 anos, ainda trabalhando, contando com 46 anos de serviço público, sem férias desde que exercito a escrivania do cível e crime desta Comarca, mas para o ano próximo atinjo os 70 anos que me mandam para casa ainda integro, e já ando angustiado, sofrendo com o erro que é a compulsória.*

*Com todo esse lastro de anos de trabalho, cada dia, para mim, é como se a vida iniciasse naquele dia, eis que o cotidiano é de aprendizado, de surpresa de mais um "Eureka". Portanto, a razão de sua idéia, Sr. Deputado, se esteia não só no respeito à criatura humana, mas também no seu aproveitamento no curso do tempo, e este só a vivência escolariza."*

E com a mesma inteligência e equilíbrio, o meu nobre conterrâneo encerra seu libelo contra a aposentadoria compulsória lembrando:

*"Al estão as estatísticas provando que o homem atual tem um lastro de vida muito mais alentado do que aquele que, no passado, serviu de base à obrigatoriedade da aposentadoria aos 70 anos de idade".*

Estes conceitos, de fato, não podem sofrer a subestima do legislador que, na frase de Pitágoras, na feitura da lei deve buscar ser o eco da razão.

Nesta semana, falando ao jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre o próximo Congresso de Geriatria e Gerontologia a se realizar em Belo Horizonte, o ilustre Professor Fábio Cançado, Presidente da Sociedade Brasileira promotora do encontro, revelou que no Brasil a fraqueza do velho tem conotações também de ordem política, e explica que com a percentagem de apenas 7%, do total da população, o idoso não tem ainda, ao contrário de outros países desenvolvidos, "força de pressão pelo voto", para fazer valer as suas reivindicações, o que não consegue pela simples força da humana solidariedade. Numa comparação com países de melhor estrutura sócio-econômica, onde o velho somente assim é considerado quando deixa de ser produtivo e se aposenta, o dirigente citado assinala que no Brasil o "indivíduo já é considerado velho a partir de 35 anos de idade, quando começam suas dificuldades para encontrar emprego", inclusive no setor público, onde o problema deveria ser mais humanizado. Aliás, é o mesmo pensamento do nobre Senador Nelson Carneiro, por mim aqui citado em pronunciamento no Dia do Idoso.

Que os poderes públicos; pais, atentem para a seriedade do problema que, entre outros, como o da prevenção da velhice precoce, servirá de temário no conclave da Capital mineira, para debate de especialistas brasileiros e de outros países.

*Ao contrário da problemática da criança, que se perde na voragem do tempo, a do velho é uma decorrência dos nossos dias, quando os recursos da Ciência lograram tornar mais longa a jornada entre o alfa e o ômega do humano calendário.*

Era este, Sr. Presidente, o registro que eu desejava fazer hoje neste Plenário, ensejando, por estranho que parecer possa, uma simbiose entre a criança e o velho, na mesma ânsia incontida de arrancar desta Casa - é bom sempre repetir - que é a Casa do Povo, a Casa da Lei, centro convergente das mais sentidas. aspirações populares, resquícios, ao menos, de alegria

de viver, que é penhor seguro de bem-estar social.

**MISSÃO SOCIAL DA IMPRENSA**  
**ENCERRAMENTO DA CARREIRA POLÍTICA DO ORADOR**

PRESIDENTE - SOLIDARIEDADE DA MESA AOS  
PRONUNCIAMENTOS DE EXALTAÇÃO DA ATIVIDADE  
POLÍTICA DO DEPUTADO CARLOS SANTOS  
**Sessão em 14 de outubro de 1982**

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB - RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, já em pleno aprofundamento para o desembarque definitivo, depois de um longo viajar pelas rotas da vida pública, quero e devo prestar à imprensa um preito de gratidão efusiva pelo que ela, ao longo dos anos, representou para mim à luz de sua excelsa e precípua tarefa de informar, comunicar e divulgar.

Alta benemerência social, de fato, envolve o papel da imprensa, que, pelas excelências dos modernos meios de comunicação, estreitou consideravelmente as dimensões geográficas do mundo, ampliando, em câmbio, o sentimento de solidariedade humana entre os povos.

Compensando em parte a angústia universal dos nossos dias, a imolação desoladora dos valores mais altos do espírito, da civilização e da cultura, que aí está embasando este final melancólico de século, a imprensa hoje, graças aos recursos mais avançados da técnica e da ciência, faz o mundo participar a todo instante das contingências tormentosas, ou não, de cada povo e transforma cada um de nós em testemunha ocular prenhe de angústia, dos tranSES a que a brutalidade do destino ou a insensatez dos potentados possam marcar os quadrantes mais distantes da terra.

São os pressupostos mais eloqüentes da solidariedade efetiva dos povos de todo o mundo e o laurel maior da imprensa no seu devotamento à causa da humanidade.

Dai a necessidade imperiosa do culto à liberdade de imprensa, que, na frase lapidar de Pation, citado por Rui, tem entre seus maiores benefícios "acoroçar os cidadãos a vigiarem sem cessar os homens que ocupam cargos públicos, alumiar-lhes o procedimento, desvendarem-lhes as intrigas, advertirem a sociedade dos perigos que corre", porque - diz ainda o iluminado baiano - "imprensa e liberdade, jornalismo e consciência são termos de uma só equação".

*Nos arraiais da vida política da Nação, dignifica-se a Imprensa na formação e orientação das correntes de opinião, revelando ao povo o que faz, diz e pensa o Governo e, junto a este, interpretando os anseios mais sentidos da alma popular.*

No Congresso Nacional e nos legislativos dos estados, é do dia-a-dia afanoso dos cronistas, repórteres, fotógrafos, cineastas, radialistas, operadores de TV, redatores políticos, legião hoje amplamente engalanada com a presença atuante e efetiva da mulher, a refletir sua preferência pelos cursos de jornalismo, é daí que reponta o vínculo permanente e imprescindível entre o parlamentar e o Colégio Eleitoral, entre o povo e a sua representação política.

Há, pois, na missão social da imprensa uma parcela avantajada das excelências do mandato parlamentar.

Além da fiscalização salutar que a Imprensa exerce sobre ele, o *parlamentar tem na atividade jornalística um como que complemento* de suas diligências rotineiras e a tela imponente onde vê refletida todos os dias, a exatidão da sua postura pública e, quantas vezes, até mesmo privada.

Daí por que, após meio século de experiência positiva desta maravilhosa simbiose, quero, a par dos meus renovados agradecimentos, render as homenagens devidas aos jornalistas patrióticos, a todos os profissionais dos meios de comunicação, aos homens de imprensa, à crônica parlamentar, tudo isso por motivos de imperiosa justiça, através da prestigiosa e prestimosa ARI, Associação Rio-Grandense de Imprensa, entidade máxima dos jornalistas gaúchos, tão soberbamente vinculada à vida, à história, às lutas, à glória e às maravilhosas



conquistas da imprensa no meu extremo e sulino rincão, como em todo o País.

Razões imperiosas, eu disse, porque é nos arquivos da imprensa vigorosa e ativa do Rio Grande do Sul que se reclama e enquadra toda, o registro da minha extensa vida pública, desde antes do modesto: caldeireiro naval dos estaleiros da cidade marítima de Rio Grande, nos afastados de 1935, se transformar em deputado classista, até agora, quando em requintes de grandeza humana, os ilustres jornalistas Alberto André, Enio Rocknbach e Lenoir M. Quadros, respectivamente Presidente, Primeiro Secretário e Secretária-Executiva, enviam a este modesto deputado, por motivo do encerramento de sua vida pública, honrosa mensagem da benemérita e distinguida entidade de classe. Faço o registro nos Anais da Casa, totalmente despido de qualquer resquício ou ranço de estulta vaidade, mas tão só porque a mensagem da ARI é penhor de emulação e incentivo entre um setor do aglomerado humano da sociedade brasileira, quando evoca o culto do respeito e da admiração que os rio-grandenses praticam sem distinguir "a cor da pele de um homem", quando este for dotado de "força interior capaz de fazer desabar todas as barreiras que se lhe antepõem à caminhada rumo ao seu destino" e, mais ainda, que a referência é "apontada a todos os patrícios que também lutam para superar obstáculos sociais, principalmente, porém de modo especial, os mais jovens, que se iniciam na vida nesse alvorecer da redemocratização do nosso País."

Ouço o nobre Deputado Pimenta da Veiga, Líder ilustre do meu partido.

**O Sr. Pimenta da Veiga** - Deputado Carlos Santos, justíssima a homenagem que V. Ex.a presta à Imprensa do Rio Grande do Sul e à Imprensa Nacional. Não tenho dúvida de que é pela imprensa que se desenvolve a verdadeira democracia. Não há democracia sem imprensa livre, e nós, brasileiros, somos testemunhas disso. Uma das razões -de tanto arbítrio, de tanta intolerância, de tanta prepotência nos últimos anos no Brasil foi o silêncio da imprensa - silêncio compulsório, imposto. Nunca é demais homenagear a imprensa. O nosso trabalho, mesmo neste Congresso, só tem alguma repercussão porque a imprensa difunde as nossas idéias. Eu, às vezes, me pergunto o que valeríamos se a difusão de nosso trabalho tivesse de ser feita de outra forma, se não contássemos com a imprensa para fazê-lo.

Regozijamo-nos e nos associamos às homenagens que V. Ex.a presta à imprensa, mas o momento é para nós muito triste. Ficamos pesarosos com a confirmação de que V. Ex.a, na próxima legislatura, não estará mais entre nós. Eu, que já conhecia V. Ex.a de nome, ao estabelecer esta convivência que aqui tivemos, devo dizer que só aumentou a admiração que tenho por V. Ex.a. Já conhecia o deputado classista, o Deputado Estadual, o Presidente da Assembléia gaúcha Carlos Santos, e por ele já nutria o maior respeito sem conhecê-lo pessoalmente. Aqui na Câmara dos Deputados, nesta legislatura, encontrei novas razões para admirá-lo. Sinto profundamente não ter mais, na próxima legislatura, o seu exemplo a seguir, porque sempre vi no Deputado Carlos Santos uma figura admirável, digna do nosso maior respeito, alguém que merece ser seguido.

O SR. CARLOS SANTOS - Nobre Deputado Pimenta da Veiga, sou muito grata a V. Ex.a. Sentindo a emoção embargar-me a voz, fico pensando como é bom descer a encosta da vida sem perder o respeito dos moços, sem perder a confiança daqueles que estão surgindo para o mundo, daqueles que enchem os seus sonhos de esperanças as mais fagueiras. Que bom, nobre Deputado, sentir na alma

- no rosto as rugas indicando o ocaso da vida sem perder o respeito, a confiança, a admiração e a generosidade dos moços.

Sou muito grato a V. Ex.a e confesso que é com emoção que recebo o seu aparte.

**O Sr. Gerles Gama** - Permite-me V. Ex.a um aparte?

O SR. CARLOS SANTOS - Com todo o prazer ouço V. Ex.a, nobre Deputado Genes Gama.

**O Sr. Gerles Gama** - Nobre Deputado Carlos Santos, após ouvir

- aparte do meu grande Líder, só com o sentimento de amizade, de consideração e de respeito usaria esta tribuna. Quero associar-me às palavras do meu Líder e parabenizar V. Ex.a pelo grande discurso que pronuncia. Quando cheguei a esta Casa, há poucos dias, inexperiente, porque era um simples vereador da roça, encontrei em V. Ex.a uma pessoa amiga, cordial e

gentil que me conduziu e me orientou. Graças à amizade e à compreensão de V. Ex.a posso representar

- povo do meu Estado com confiança, porque recebi de V. Ex.a - repito - uma demonstração de incentivo, de apreço e de consideração. Portanto, quero parabenizá-lo e dizer que sentirei imensamente a sua ausência. Trago, neste instante, a homenagem do povo do meu município e do Espírito Santo a V. Ex.a, que é merecedor de todas as homenagens não só desta Casa, mas de todo o povo brasileiro.

- SR. CARLOS SANTOS - Muito obrigado a V. Ex.a.

Ouçõ, com prazer, o nobre Líder do Governo, Deputado Alcides Franciscato.

**O Sr. Alcides Franciscato** - Nobre Deputado Carlos Santos, tive

- privilégio de participar com V. Ex.º, na legislatura passada, da Comissão que tratava dos problemas dos menores carentes. A partir daquele instante, aprendi a admirar o eminente Deputado do Rio Grande do Sul, humano, capaz e leal. Por isso, Deputado Carlos Santos, tenha V. Ex.a a convicção de que todos nesta Casa somamos a todos os atos que possam enaltecer o trabalho do eminente Deputado gaúcho. Estamos em partidos diferentes, mas os nossos objetivos são os mesmos: a grandeza do Brasil e a tranqüilidade do povo brasileiro. Gostaria, nobre Deputado, de conjugar, neste. seu pronunciamento, as nossas intenções, no instante em que V. Ex.a enaltece os profissionais dos meios de comunicação, principalmente os da Associação dos Cronistas da Imprensa do Rio Grande do Sul, os jornalistas, os homens de televisão e do rádio. São eles que continuam informando o povo brasileiro daquilo que precisa ser retificado, do que é bom e do que é ruim. São eles os nossos guardiães durante as vinte e quatro horas do dia. E a eles, Deputado Carlos Santos, rendemos os nossas homenagens e as de todo este Brasil, dos homens da imprensa desta Casa, que tanto têm colaborado, levando a palavra importante e histórica do Congresso Nacional ao povo brasileiro. Todos nós nos solidarizamos com V. Ex.a, neste instante, pelo belo pronunciamento que faz enaltecendo os homens de imprensa.

SR. CARLOS SANTOS - Muito obrigado a V. Ex.a, nobre Deputado Alcides Franciscato.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Peixoto Filho.

**O Sr. Peixoto Filho** - Nobre Deputado Carlos Santos, tenho a impressão de que é uma homenagem pequena esta que prestamos à V. Ex.a, na oportunidade em que aborda tão importante assunto, homenageando a imprensa brasileira. Mas V. Ex.a haverá de convir em que a ausência de V. Ex.a será sentida no Congresso Nacional,

*porque V. Ex.a o dignificou com uma atuação fecunda e fraterna, não*

só nas comissões técnicas, nas comissões de inquérito, como aqui no plenário. V. Ex.a, que vem lá dos pampas, como João Neves, Batista Lusardo, Getúlio Vargas e tantos outros que dignificaram o Parlamento brasileiro, leva de nós essa saudade. Temos certeza de que o exemplo dignificante que V. Ex.a deixou nesta Casa servirá para os novos que para aqui vierem, que se lembrarão de Carlos Santos como um padrão de homem público.

O SR. CARLOS SANTOS - Muito obrigado a V. Ex.a pela generosidade de seu aparte, nobre Deputado.

Ouçõ com prazer meu irmão e conterrâneo, Deputado Antônio Bresolin.

**O Sr. Antônio Bresolin** - Acompanho o Deputado Carlos Santos por mais de 20 anos e conheço sua origem, sua luta permanente desde a meninice no meio da pobreza, o seu trabalho, o seu idealismo e, acima de tudo, sua honestidade. Fomos colegas na Assembléia Legislativa do Estado e, durante largos anos, aqui na Câmara dos Deputados, Carlos Santos foi sempre o mesmo homem inteligente, culto, devotado, trabalhador e, acima de tudo, leal amigo. Deixa-nos V. Ex.a um exemplo maravilhoso que me fez lembrar uns versos do imortal vate condoreiro: "Na terra às vezes se acendem radiosos faróis que. esplendem dentro das trevas mortais.: Suas rútilas passagens deixam fulgores de imagens em reflexos perenais." V. Ex.a será sempre lembrado, e lembrado sobretudo no dia de hoje, quando presta homenagem aos profissionais da imprensa desta Casa, aos do Rio Grande do Sul, aos homens que labutam nesse importante setor da atividade, sem os quais nem o Parlamento nem a Nação respirariam efetivamente. E não foi sem razão que um eminente patricio assim se expressou: "A imprensa é a eucaristia do

pensamento, o mármore dos prelos e a mesa da comunhão universal". Estou solidário à homenagem que V. Ex.a presta, mas sofro em saber que está fazendo um dos últimos pronunciamentos aqui. Homens como V. Ex.a deveriam estar permanentemente presentes no Parlamento Nacional, homens como V. Ex.a nem deveriam morrer, para servir de exemplo às novas gerações. Receba, nobre colega, o testemunho de minha profunda admiração e da minha grande amizade.

O SR. CARLOS SANTOS - Deputado Antônio Bresolin, sou profundamente agradecido a V. Ex.a pelo seu generoso aparte. Fico muito satisfeito ao ver que a minha homenagem deixa de ser pessoal e passa a ser a de todas as bancadas com assento nesta Casa à imprensa brasileira, que procurei representar na minha ARI, devido à mensagem que recebi da Associação Rio-Grandense de Imprensa.

Ouçó, com muito prazer, o Deputado Siqueira Campos.

O Sr. Siqueira Campos – Deputado Carlos Santos, V. Ex.a faz uma bela oração em homenagem à imprensa brasileira, particularmente à imprensa da sua terra, o belo Rio Grande do Sul, mas, ao meio desse discurso magnífico, nos enche de tristeza, porque até aqui nem eu nem a bancada do PDS, de que sou coordenador, conhecíamos a decisão de V. Ex.a de retirar-se das atividades políticas, ou, pelo menos, desta Casa, não. pleiteando a sua recondução, que era garantida dado o largo prestígio que V. Ex.a desfrutava, no meio do eleitorado gaúcho, mercê de um trabalho sério, competente, devotado inteiramente à Pátria e em especial à comunidade rio-grandense. Essa notícia realmente nos enche de tristeza, mas respeitamos a decisão de V. Ex.a. Sempre o admirei e todos nós o admiramos, V. Ex.a sabe disso. Nunca entendi Carlos Santos como meu adversário, como integrante de outro partido; nunca imaginei Carlos Santos em posições diferentes das nossas, sem deixar de reconhecer que V. Ex.a, sempre numa postura definida nesta Casa, ao defender, com brilho, tenacidade e ardor, as, suas idéias, que são as da maioria do povo brasileiro, já que o grande objetivo de -V. Ex.a é que esta Nação, a cada novo dia, se torne mais justa, mais próspera e, mais influente, a fim de que todos sejamos, cada vez mais livres. E é exatamente por isso que lutamos. V. Ex.a vai fazer muita falta nesta Casa. Veja, nobre Colega, muitos fatos estão ; acontecendo que nos deixam. entristecidos. V. Ex.a nos está deixando em pleno vigor da maturidade. Há poucos dias perdemos Cantídio Sampaio. Hoje, manuseando o avulso desta sessão sem o nome de S. Ex.a, que grande tristeza me invadiu a alma! Agora esta notícia: um grande amigo nosso, um homem que todos admiramos, um homem da maior respeitabilidade, da maior competência, um homem devotado à causa da paz, aos interesses do País, que defende sempre suas posições sem radicalismo, embora de forma mais ostensiva possível, mas sem ferir ninguém, vai embora. Realmente, V. Ex.a faz com que a homenagem à imprensa se transforme num preito a V. Ex.a, pois o nobre companheiro está no mesmo nível de outras grandes atividades que se exercam neste País. V. Ex.a é realmente um grande brasileiro. Leve, pois, a certeza de nossa admiração, do nosso apreço, do nosso respeito e, sobretudo, da nossa amizade. Espero que não dependure as chuteiras, o jogo ainda não terminou, ainda está em curso. As suas idéias são as da maioria dos brasileiros que buscam uma pátria livre. Que V. Ex.a continue, se não nesta Casa, mas em qualquer outro setor, a ajudar o Brasil. Não deixe seus amigos saudosos demais. Volte sempre à Capital da República para revê-los. Vou fazer força para me eleger, a fim de que V. Ex.a saiba onde estou, já que, de vez em quando pelo menos, quero receber um cartãozinho de V. Ex.a Espero, participar da grande homenagem que, tenho certeza, nossos colegas haverão de prestar-lhe após as eleições, na sua despedida. Estou solidário com V. Ex.a na homenagem que presta à imprensa, mas estou triste pela notícia que nos deu, muito embora respeite suas razões. V. Ex.a já deu uma contribuição muito larga à Pátria, mas não compreendo, por maiores que sejam as razões, -por que se retira V. Ex.a desta Casa. Nós queríamos tanto que V. Ex.a continuasse aqui!

O SR. CARLOS SANTOS - Muito obrigado, nobre Deputado. Confesso-me profundamente emocionado com as homenagens que recebo como a maior gratificação que poderia ambicionar, ao encerrar minha carreira política. São essas explosões de afeto, de estima, de solidariedade, de imensurável generosidade com que os irmãos me saúdam, me envolvem e se associam à homenagem que estou prestando à imprensa.

Fico contando nos dedos as infindas bondades com que o Supremo Regedor dos povos me acumulou: 78 anos de idade, 20 netos, 14 bisnetos, 54 anos de casado. Acho que realmente cumpri a minha tarefa; dei meu recado e tenho o dever até, meus irmãos - desculpem-me a intimidade -, de ceder meu lugar aos moços, porque eles têm mais força, mais entusiasmo, não maior esperança, mas mais energia, para construir este Brasil, que todos queremos, este Brasil grande, generoso, feliz, livre e respeitado, Brasil dos nossos filhos, Brasil dos filhos dos nossos filhos; Brasil que há de cumprir, é de Deus e da vontade extraordinária dos seus filhos, a sua excepcional missão e atingir, meus patrícios e meus colegas, a glória sem par nos seus alevantados destinos.

Muito obrigado. (Palmas.) Prossigo, Sr. residente.

Por tudo quanto foi dito, justifica-se -plenamente a manifestação de reconhecimento que formulo, através da ARI, a todos os jornalistas e radialistas, profissionais dos meios de comunicação, que, durante mais de cinquenta anos, fizeram de seus registros, comentários, crônicas, críticas e divulgação em geral, uma espécie de retrato escrito e falado da carreira político-partidária, da vida pública do antigo metalúrgico da bicentenária e histórica cidade do Rio Grande - RS, cujo retoque final, por mercê de Deus, ficará a cargo do Congresso Nacional.

Muito e muito obrigado, já agora notadamente, pela generosidade que se abriga no bojo da mensagem de que falei com a qual altamente me distingue a ilustrada e nobre Associação Rio-Grandense de Imprensa.

Leio referida mensagem para que conste do meu pronunciamento:

*Porto Alegre, 1<sup>o</sup> de outubro de 1982 Exmo. Sr.*

*Deputado Carlos Santos Bancada Gaúcha do MDB*

*Câmara dos Deputados Brasília - DF*

*Senhor Deputado:*

*É com renovado prazer que nos dirigimos mais uma vez ao Ilustre parlamentar, sócio honorário e amigo, embora lamentando sua anunciada disposição de afastar-se da vida pública do nosso Estado e do País, coroando 50 anos de opulenta e atuante jornada.*

*Sua ascensão social partindo de origens humildes até à altura dos legislativos estadual e federal, com o exercício efetivo da presidência do primeiro e eventual do segundo; suas vitórias no terreno político-parlamentar - e não foram poucas neste meio século; a conquista do respeito e admiração dos coestaduanos, principalmente daqueles que não distinguem a cor da pele de um homem, mormente quando esse homem é possuidor de indomável força interior capaz de fazer desabar todas as barreiras que se lhe anteponham à caminhada rumo ao seu destino, são registros de inteira justiça que fazemos à sua pessoa e ao seu trabalho. Nobre Deputado Carlos Santos, sua vida, sem favor algum, é uma das mais notáveis manifestações de elegância, tenacidade e bravura, a ser apontada a -todos os patrícios que também lutam para superar obstáculos sociais, principalmente o incompreensível preconceito racial.*

*Sua profícua atuação como representante popular, que teve sempre em, vista a m-elhoria de condições de vida das pessoas carentes e desprotegidas do nosso corpo social -saliente-se aí o menor abandonado, o menor excepcional, o pescador artesanal - é um paradigma para todos aqueles, principalmente os mais jovens, que se iniciam na vida pública nesse alvorecer da redemocratização do nosso País.*

*Embora compreendendo a relevância dos motivos que o levam a recolher-se à vida privada, lamentamos seu afastamento do universo político que, sem dúvida, ficará mais empobrecido.*

*Desejamos aproveitar o ensejo para agradecer-lhe todas as gentilezas ao longo desses anos, inclusive com a periódica destinação de verbas pessoais, que muito auxiliaram nossa entidade, e reiterar-lhe votos, de muita saúde e felicidade pessoal em companhia de sua digníssima família.*

*Cordialmente, Alberto André, Presidente Ênio Rockenback, 1º-Secretário - Lenoir M. Quadros, Secretária Executiva.  
Muito obrigado. (Palmas.)*

SR. PRESIDENTE (Marcelo Linhares),- Nobre Deputado Carlos Santos, a Presidência, em nome da Mesa, associa-se às homenagens prestadas pelos Deputados desta Casa a V. Ex.a no momento em que comunica o seu afastamento, por vontade própria, do Congresso Nacional. *Temos a certeza de que o povo do Rio Grande jamais retiraria V. Ex.a deste plenário, porque a trajetória aqui traçada foi a mesma que V. Ex.a traçou na sua mocidade, e que, mercê de Deus, vem tendo forças para manter até hoje. Temos a certeza, Sr. Deputado Carlos Santos, de que V. Ex.a, que ora se recolhe à sua vida particular, admite ter direito ao repouso do guerreiro. V. Ex.º, contudo,, há de dar aos moços a contribuição da sua inteligência, a contribuição da sua experiência, para que eles, quando aqui chegarem, possam ter no exemplo do trabalho de V. Ex.a - aquilo de que necessitam para transformarmos o Brasil nesse Brasil grande, nesse Brasil poderoso, nesse Brasil feliz que todos almejamos para nossos filhos.*

**DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO**  
**ESTUDO CIENTIFICO DA DEFICIÊNCIA MENTAL**  
**Sessão em 15 de outubro de 1982**

0 SR. CARLOS SANTOS (PMDB-RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, coincidindo com o 49 aniversário da FAO, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, transcorre amanhã, pela segunda vez, o Dia Mundial da Alimentação.

Tem a celebração desta data, entre outros objetivos, "aumentar a consciência pública quanto à natureza e às dimensões do problema da alimentação mundial a longo prazo, desenvolvendo, ainda mais, o sentido de solidariedade nacional e internacional na luta contra a fome, a desnutrição e a pobreza".

Quero, na sua data aniversário, prestar à FAO as homenagens da minha compreensão do esforço gigantesco, do empenho decidido e da luta vigorosa que têm marcado a sua presença no tablado mundial do combate para livrar a Humanidade dos horrores de Fome. Mas, quero também levar o calor da minha solidariedade moral às multidões angustiadas pelo flagelo da subnutrição e carência alimentar, vítimas, de igual forma, de uma ordem social, impregnada de egocentrismo, vazia de solidarismo humano e sem capacidade de amar.

De 360 milhões de 1960/70, aumentou para 420 milhões em 1974/ 76 a legião faminta das pessoas gravemente desnutridas nos países em desenvolvimento, tragédia a que também não escapam os países mais ricos e industrializados - "boa parte da população, sobretudo pessoas idosas, minorias raciais e famílias sem pai". Estes dados são da FAO que, sem reticências, verbera a "demasiada freqüência" com que "as políticas aprovadas pelos Governos" não são "levadas ao campo prático" e não obtém "o impacto desejado".

Metas como a da eliminação da desnutrição aguda - diz ainda a FAO - podem ser alcançadas, porque a "Comunidade Mundial tem dinheiro, recursos e tecnologia suficientes para .isto", faltando, apenas, "suficiente vontade política para canalizar os -meios necessários para o desenvolvimentó e para a luta contra a fome".

0 Dia Mundial da Alimentação é um Instante que deve ser de meditação profunda da humanidade, na ânsia de se redimir do pecado horrível do genocídio dos milhões e milhões de crianças que nos qua

drantes da terra, no alvorecer da existência, são imoladas no guante da desnutrição ou nos horrores da Fome. Muito mais do que a eficiência ou largueza dos planos políticos, o que o problema da Fome humana exige, no empenho da sua equação, é que o Mundo tenha fome também de Amar. -

Enquanto isto, para milhões e milhões de irmãos nossos, o Dia Mundial da Alimentação há de ser o "dia do inexistente, do fantástico, do imaginário, dia daquilo que, embora imprescindível ao sustento das criaturas, é escasso, é raro, é ausente na mesa tosca dos deserdados da sorte."

Quero aproveitar o ensejo para registrar também nos Anais da Casa as Resoluções precisas, oportunas e importantes do IV Congresso e do I Encontro Ibero-Latino-Americano de Associação de Pais, Foi um conclave de especialistas categorizados do Brasil, Espanha, Paraguai, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Venezuela, Equador e outros países.

No período de 7 a 10 do mês em curso, eles levaram suas luzes para o debate do grave problema da deficiência mental, que é também, como se sabe, entre muitas cousas, uma consequência terrível da desnutrição e da fome.

Passando à Taquigrafia as Resoluções referidas, rogo, Sr. Presidente, se digne V. Ex.ª considera-las como parte integrante do meu pronunciamento.

## "RESOLUÇÕES DO IV.º CONGRESSO

### I - INTERCÂMBIO INTERNACIONAL NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA MENTAL

1 -- Ressaltar a necessidade de permanente postura profissional para oferecer e pedir intercâmbio dentro das reais necessidades.

2 - Aproveitamento de recursos técnicos disponíveis em escola regional, nacional e internacional, com fluxo de intercâmbio, visando a simplificar e a racionalizar os métodos existentes na prevenção e tratamento da deficiência mental.

3 --- A AILA, como organismo internacional, e as associações nacionais deverão constituir-se em organismos facilitadores de intercâmbio, mantendo sempre estreito contato com as agências internacionais e nacionais (UNICEF, OEA, UNESCO, IIN, CENESP), mas conservando sua autonomia técnico-científica:

### II - PREVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA MENTAL

Em função da múltipla causalidade da deficiência mental, com fortes raízes na situação sócio-econômico-cultural de nossos países, o IV.º Congresso da AILA recomenda:

1 - Intensificação de campanhas de esclarecimento público sobre os efeitos negativos de fatores ambientais na gênese da deficiência mental (resultando a importância do papel da família como agente de promoção da saúde especialmente das crianças menores de 3 anos).

2 - Campanhas de vacinação em massa para erradicar a rubéola e o sarampo como agentes de danos para as crianças de baixa idade.

3 - Programas de assistência à maternidade e à infância com otimização da rede de serviços de saúde pública existente, com ênfase na área nutricional e com destaque no suporte à família dentro de modelos de paternagem -maternagem para assegurar uma melhor relação afetiva pais-filhos nas primeiras etapas da vida.

4 - Programas de adoção, com maior abertura legislativa para evitar a prolongada institucionalização de crianças em condição de abandono.

5 - Expansão e melhoria do Programa de Atendimento às crianças na fase pré-escolar, com ênfase no desenvolvimento integral e não somente uma preocupação centrada na aprendizagem acadêmica.

6 - Programa de detecção em massa do Hipotiroidismo congênito e dos erros inatos de metabolismo.

### III - TRATAMENTO DA DEFICIÊNCIA MENTAL

Visando a racionalizar os serviços existentes e a melhor integração das pessoas deficientes recomendamos:

1) Ressaltar o modelo de atendimento educacional às pessoas deficientes através de

Serviços Integrados dentro do Sistema regular de Educação de cada país;

2) Considerar a Escola Especial como um modelo necessário para a educação das pessoas deficientes desde que ofereçam um contínuo de capacitação da pessoa deficiente para a vida em Sociedade onde a família do deficiente exerce a corresponsabilidade no desenvolvimento integral de seus filhos;

- 3) Realizar permanente análise crítica dos modelos  
 .de atendimento às pessoas deficientes adaptando e simplificando metodologias que permitam maior integração social das pessoas deficientes,

## II ENCONTRO IBERO-LATINO-AMERICANO DE ASSOCIAÇÕES DE PAIS CONCLUSÕES

O grupo de Associações de Pais reunido no II Encontro Ibero-Latino-Americano em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, examinou e debateu os resultados do Ano Internacional das Pessoas Deficientes e a Organização de Serviços para Atendimento ao Deficiente, especialmente em face da atuação das Associações de Pais, chegando às seguintes conclusões:

a) Que em continuação às atividades desenvolvidas no Ano Internacional das Pessoas Deficientes, promovam-se, nesta década, medidas de conteúdo prático e - imediato às recomendações da Organização das Nações Unidas, no sentido de ajustar física e psicossocial mente o deficiente na sociedade, proporcionando-lhes assistência e treinamento adequados, orientação cuidadosa, oportunidade de trabalho compatível com sua capacidade, promover a sua participação prática e efetiva nas atividades na vida diária e às condições de acesso a edifícios públicos (eliminação de barreiras arquitetônicas) e sistema de transportes;

b) No que concerne à conscientização dos pais, sugere-se que, além do uso dos meios habituais de comunicação, a promoção de cursos-palestras e sua participação em trabalhos, para os mesmos, a fim de obter sua participação efetiva, no sentido de fortalecer as Associações de Pais. Exemplo: criação de clubes de mães em cada escola, arregimentação de novos sócios para a entidade, desenvolvimento de campanhas junto à Comunidade na obtenção de materiais e recursos financeiros."

## XXXVII SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS Sessão em 1.º de dezembro de 1982

O SR. CARLOS SANTOS (PMDB - RS.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro da premência do tempo ao meu alcance, estou buscando registrar o ponto final nos entrecavos de mais de meio século de atividade político-partidária, de vida pública e atuação no setor legislativo do País.

É o empenho de alto cunho emotivo, embora muito difícil, de expressar o meu *Te Deum Laudamus* pelas graças infundas que os céus me prodigalizaram ao longo de todo esse tempo; a par da manifestação mais viva do meu reconhecimento a quantos, de qualquer forma, contribuíram para a realidade do caprichoso destino de uma trajetória que vem do princípio do século, à beira de uma forja, num nos elevados objetos da ONU, que não legisla com a intenção de setores executivos, passa pela Imprensa, chega à esfera parlamentar estadual, com rápida e eventual função de Governador em exercício, envereda pelo Congresso Nacional mercê do sufrágio generoso do povo gaúcho e chega, como corolário, a um galardão de inestimável valia no plano mundial. S que, por distinta e honrosa indicação do eminente Líder do meu Partido, o nobre Deputado Odacir Klein, ratificada por Ato do Sr. Presidente da República, estou retornando da missão de eventual cunho diplomático na representação do Brasil junto à ONU, como Observador da XXXVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Naquele verdadeiro Fórum da Humanidade vi e senti estampadas todas as aspirações que



nortearam a minha longa vida pública, porque ali, síntese e símbolo de todos os povos, há uma preocupação constante de paz e compreensão. São as mesmas causas que dominam o espírito desta Casa, centro dos anseios nacionais, entre outras a luta contra o racismo, as beligerâncias fratricidas nos diferentes continentes, o problema da velhice, a causa da criança abandonada, dos nossos irmãos excepcionais, da afirmação da mulher perante o mundo, das condições sócio-econômicas dos povos, das aspirações mais sentidas das classes proletárias, enfim, de toda essa gama de alta expressão humana e social que intumesce a alma das ruas.

Clima autêntico de afirmação democrática é o que se constata nos elevados objetivos da ONU, que não legisla com a intenção de promulgar leis que as Nações devam cumprir, aceitando-as unilateralmente, mas, sim, de converter-se num Fórum onde os representantes dos países, grandes e pequenos, ricos e pobres, fortes e fracos, de diferentes sistemas político-sociais e de variadas culturas possam ouvir-se livremente.

Dentro desta visão, a ONU é uma entidade cuja eficácia e autoridade dependem significativamente da vontade coletiva dos povos e dos Governos que a apoiam.

Sei, Sr. Presidente, por razão óbvia, que ali naquele majestoso prédio de Nova Iorque, residem as Últimas e definitivas esperanças de humanidade, de soluções justas e eficazes para as controvérsias que abalam a paz e a segurança do mundo, das quais, necessariamente, resulte uma fórmula que permita a superação das ameaças à estabilidade de economia de todas as nações.

Devemos, a esse propósito, lembrar as palavras sempre presentes do Presidente John Kennedy em seu discurso de posse, a 20 de janeiro de 1961: - "Se a sociedade livre não puder ajudar os muitos que são pobres não poderá jamais salvar os poucos que são ricos."

Isto porque, há algumas décadas, uma depressão econômica sem precedente, acompanhada de tensões políticas incontrolláveis, levou o mundo a uma guerra catastrófica, cujos sinais reaparecem hoje, no bojo de uma nova crise econômica que atinge, indiscriminadamente, países de sistemas distintos, assumindo dimensões globais e se mostrando imune às terapias ortodoxas.

A perplexidade, o desânimo, a desesperança e - por que não assinalar - o pânico se apossam das nações, principalmente daquelas ordenadas no Terceiro Mundo e que assistem, impotentes, à deterioração de suas ligações com o Ocidente desenvolvido.

No verão de 1974, ao som dos primeiros ecos positivos da crise que se avizinhava, a ONU, durante sessões extraordinárias, exortou os países do mundo sobre a necessidade de uma reformulação nas relações econômicas internacionais, sobre bases justas e democráticas; a fim de que se estabelecesse uma nova ordem econômica entre as Nações.

Quis o destino, porém, que as advertências ou não fossem ouvidas ou - o que é ainda mais desalentador - não tivessem a força necessária para abrir os olhos e o coração de uma parcela de nações que insistem em não aceitar qualquer mudança nas regras do jogo.

S intensa a preocupação da ONU com a prática do *apartheid* na África do Sul, que insiste na separação humana pela cor da pele e cujas raízes estão na concepção escravista do mundo e na ideologia fascista, em seu desvario para proclamar o princípio absurdo da supremacia de raças.

Essa política colonialista e agressiva responde por verdadeiro terrorismo de Estado, passando pela ocupação ilegal da Namíbia e de uma parte do território da Angola e chegando a ações mercenárias contra inúmeras repúblicas negras africanas independentes, com a colaboração militar e nuclear de poderosas potências.

Contra esse despotismo a ONU se posiciona em proclamando o ano de 1982 como o Ano Internacional de Mobilização Contra a Prática do *apartheid*, simbolizando a unidade da luta contra esse regime; numa efervescente conscientização mundial de que, com exemplar heroísmo, é preciso enfrentar a repressão racista.

Cabe-nos aprender com José Martí, o grande libertador cubano, quando assinala: - "Homem

é mais que branco, mais que mulato, mais que negro. Peca contra a humanidade quem fomenta e propaga a oposição e o ódio das raças."

Nesse sentido, aliás, merece aplausos a posição brasileira na ONU, que, há anos, em sucessivas intervenções, vem ali condenando a discriminação baseada na raça.

Outro problema importante em permanente preocupação na Assembléia Geral das Nações Unidas tem sido o do Camboja, tanto quanto o do Irã-Iraque e, ainda, o das ilhas Malvinas. A Delegação Brasileira tem reiterada posição tradicional, reafirmando o apoio do nosso País, desde 1833, à reivindicação argentina sobre o arquipélago. O Brasil advoga, na ONU, a tese de que a solução da controvérsia seja pacífica, assinalando a sua não-aceitação a que o Atlântico Sul, o mais desarmado dos oceanos, transforme-se em palco permanente de confrontação entre grandes potências.

A questão do Afeganistão, onde a política de blocos justifica a ocupação de países soberanos, impondo limites à sua liberdade, marca outra posição de destaque do Brasil junto à ONU, como de igual forma no vigor com que defende, nos conflitos que eclodem na América Central, o princípio da autodeterminação dos povos.

Resumindo, Sr. Presidente, em meio à onda de pessimismo que domina as nações, quero deixar expresso aqui o meu otimismo pela esperança de que os homens saberão, através do diálogo - principalmente daquele salutar diálogo que hoje é possível graças à existência de instituições como a ONU -, encontrar a solução para os problemas que afligem a humanidade e que emolduram o quadro das discordâncias entre as Nações.

Não posso concluir este rápido registro sem antes manifestar aqui meus calorosos agradecimentos a todo o seletor corpo de diplomatas e funcionários outros que servem na Missão Brasileira junto à ONU, o que faço com singular agrado na ilustre figura de seu nobre titular, Embaixador Sérgio Corrêa da Costa.

Devo ainda, por imperioso princípio de justiça, destacar o desvelo da Sr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Mo<sup>o</sup> Leite, Secretária do Setor Parlamentar da Missão Brasileira junto à ONU, no cumprimento de sua tarefa específica de assistência aos Parlamentares brasileiros em visita ou representação em Nova Iorque.

Muito e muito obrigado, Sr. Presidente, a V. Ex<sup>a</sup>. à douta Mesa e a toda esta Egrégia Casa; às nobres Lideranças e eminentes Deputados integrantes das bancadas com assento neste plenário. Muito obrigado à imprensa pelo que me ofereceu de contribuição da parte dos bravos jornalistas que aqui trabalham; aos meus assessores, secretários e auxiliares de Gabinete e a todos os dignos funcionários, indistintamente, do mais graduado ao menos destacado dentro do quadro administrativo do Congresso Nacional.

Muito e muito obrigado ao povo generoso do meu velho e legendário Rio Grande do Sul. Que a todos e a cada um, individualmente, Deus compense e recompense largamente a colaboração generosa e imprescindível que me ofereceram.